



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 21

Sessão Ordinária Novembro/Dezembro

3.º Reunião em 23/11/2018

Aos vinte e três dias do mês de Novembro do ano dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia e pela Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Francisco José da Silva Ferreira, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Rui Miguel Pinto Diogo, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Firmino Marques Ferreira, Daniela Carla de Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Miguel António Costa da Silva, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Raúl Ventura Martins, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Rita Alexandra Monteiro Batista, Filipe Seça Neves Barbado Guerra, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da Sessão faltou a Vogal Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, José Agostinho Ribau Esteves, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, Luís Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Manuel Oliveira de Sousa, e Joana da Fonseca Valente.

O Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola e o Vereador João Francisco Carvalho de Sousa, faltaram.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta Sessão, dos vogais Joana Filipa Ramos Lopes, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Carlos Francisco da Cunha Picado, e Virgínia Maria Melo Matos, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto.

Os sucedâneos na lista de candidatura, Bruno Miguel Ribeiro Costa e Emília Cristina da Cunha Gonçalves, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidente de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Ângela Maria Bento Nunes Saraiva de Almeida, Henrique da Rocha Vieira, e Antero Marques dos Santos, se fizeram substituir nesta reunião da Sessão, respectivamente, por Rui Miguel Pinto Diogo, Jacinto Manuel Almeida Silva, Daniela Carla de Sousa Pinto, e Miguel António Costa da Silva.⁰⁰²

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, deu continuação aos trabalhos da “Ordem-do-Dia” para esta Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 5 – Derrama 2019;

Ponto 6 – Participação variável no IRS – Ano 2019;

Ponto 7 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2019;

Ponto 8 - Apreciação e votação Propostas de Recomendação à Câmara Municipal apresentadas, pelo PAN:

a) Por uma redução na utilização de plásticos no município de Aveiro;

b) Inteligência emocional - Literacia emocional nas escolas de Aveiro;

Ponto 9 - Apreciação e votação de uma Proposta de Recomendação e uma Moção, apresentado pelo BE:

a) Moção de Condenação por declarações do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro;

b) Proposta de Recomendação - realização de uma campanha contra o assédio sexual.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Ponto 5 – Derrama 2019.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 31/10/2018, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰³

"Boa noite a todos. Eu vou apenas fazer introdução a este ponto, não falarei no ponto 6 nem no ponto 7, e vou falar muito pouco agora — também porque esta matéria está mais que introduzida com todo o nosso debate do Plano e Orçamento e do IMI para 2019.

Portanto, aquilo que está aqui proposta à Assembleia Municipal nestas três matérias é a manutenção da estrutura que temos tido na Derrama, na Participação Variável do IRS, e na Taxa Municipal de Direitos de Passagem, em razão daquilo que são as nossas obrigações com o FAM.

Em razão da nossa política fiscal que aqui expliquei há oito dias. E portanto é este o enquadramento que nos leva a trazer aqui à Assembleia esta três propostas, mantendo, repito, para o ano de 2019 aquilo que temos praticado nos últimos anos no que diz respeito a estas três matérias. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁰⁵

"Muito obrigado Senhor Presidente. Muito rapidamente, portanto, nós temos uma taxa com o valor máximo e gostaríamos de tentar perceber se neste enquadramento existirá por parte do executivo, em termos regulamentares, possibilidade de alguma isenção ou benefício fiscal para as empresas mais pequenas, que não ultrapassem os 150 mil Euros no seu volume de negócios. Porque trata-se de uma taxa de facto bastante elevada. Somos um Município com a pretensão de granjear novos projetos de investimento, na área do turismo, na área das novas tecnologias, que até o Senhor Presidente já teve aqui ocasião de o reforçar várias vezes e, portanto, gostaria de saber se essas empresas que começam agora poderão vir ter algum tipo de benefício? Obrigado."

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰⁰⁶

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁰⁷

Vogal António Neto (BE)⁰⁰⁸

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁰⁹

(Entretanto deu entrada na sala Jacinto Manuel Almeida Silva).

Vogal Raúl Martins (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰¹⁰

"Muito obrigado Senhor presidente. A Derrama da forma como é apresentada e da forma como é cobrada, é um imposto que não tem quase influencia nenhuma nas empresas. Contrariamente áquilo que esse pensa.

É sobre uma percentagem muito pequena de lucro, só é pago por empresas que têm lucro, e portanto não se aplica a todas as empresas, independentemente do seu volume de negócio e também independentemente do seu lucro. Portanto é um valor percentual sobre lucros. E não é por ser 0.1 ou 0.2 mais barata que vai fazer estabelecer uma empresa num determinado município ou sair. O estabelecimento das empresas nos municípios, normalmente, tem mais em linha de conta aquilo que o município oferece.

E, de facto, Aveiro, relativamente a outros municípios oferece muito. De maneira que de todas as taxas que aqui estão, esta é talvez aquela que por não ter uma influência muito grande no lucro das empresas, naquilo que as empresas geram, eu acho que deveria ser sempre mantida próximo dos valores máximos. É isso que eu penso.

Por outro lado isto faz parte de uma certa filosofia de gestão desta Câmara, e que tem o seu sentido.

Daí, eu ainda vou ouvir mais, mas, enfim, estou um bocado indeciso sobre como hei-de votar este ponto."

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰¹¹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰¹²

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹³

"Muito obrigado Senhor Presidente. Tenho a minha vida facilitada. Agradeço ao Dr. Raúl Martins, para responder às questões colocadas. Só tenho de dizer-vos uma coisa adicional.

Que é lamentar que um Presidente de Câmara em Portugal não tem o direito de conhecer a relação dos pagadores de Derrama!? Eu pelo menos sou testemunha pessoal do

compromisso, do atual primeiro-ministro, e do anterior primeiro-ministro, de nos facultarem essa informação e a verdade, um já lá vai e outro está quase a ir na presente legislatura, e nenhum conseguiu dar a ordem (se deu não foi cumprida) à Autoridade Tributária, para facultar a relação das empresas que pagam Derrama.

Portanto, isto é uma discussão um bocadinho esotérica, porque nós não sabemos. Especulamos. Sabemos umas coisas de um ou outro amigo que trabalha na empresa X e que nos diz, mas não sabemos de todo.

E aquilo que disse o Dr. Raúl Martins é o que é. Não vale a pena estarmos aqui com subsídios ou isenções para beneficiar nada. Agora o que é preciso é que um dia haja um governo que mande na Autoridade Tributária e que nós autarcas, assim como temos acesso ao IMI, tenhamos acesso à Derrama para que a solução seja mais clara e objectiva.

É por isto tudo que estamos satisfeitos e que a proposta é boa e merece aprovação. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN)⁰¹⁵

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰¹⁶

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos Senhores deputados e demais presentes. Duas ou três notas muito breve em relação à posição do PCP sobre a Derrama. Ela essencial pelo motivos óbvios e mantém-se nos valores e que estava. Chamava apenas a atenção para duas preocupações.

A primeira tem a ver com o facto de que o município de Aveiro, por comparação com municípios vizinhos, mantém-se portanto em taxa máxima. Os municípios vizinhos não têm taxa máxima - e isso é um elemento que deverá ser pesado no futuro, ponderar essa situação por motivos óbvios.

Segunda ideia tem a ver com aquilo que é o figurino da própria Assembleia Municipal. Não é absolutamente claro, do nosso ponto de vista, por que é que do ponto de vista cronológico, ordinatório, a discussão dos elementos fiscais do pacote fiscal para 2019 se realiza depois da discussão das GOPs e do Orçamento camarário? Isto não sendo um facto absolutamente novo, a lógica deveria ser que fosse exactamente ao contrário, porque uma coisa depende da outra e o inverso não é tão verdade assim. Tenho dito."

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta ⁰¹⁷

"Senhor Presidente, só para esclarecer. Não falámos em isenções, falámos em taxa diferenciada. Não é a mesma coisa, falar em pequenas empresas e em grandes grupos. Assim como imaginamos que os ganhos em lucros não estamos a falar da mesma dimensão.

E dizer também que acompanhamos, o Bloco de Esquerda é por todos os processos, o mais transparente possível e, que tal como nós aqui, perante o Senhor Presidente já muitas vezes lhe pedimos informação que também nunca nos foi dada — e vamos continuar a insistir. Aqui o que podemos dizer ao Senhor Presidente é que acompanhamos e que deve pedir e obter essa informação sobre a Derrama, perante a Autoridade Tributária e cá estaremos também para a receber. Disse."

Vogal António Neto (BE)⁰¹⁸

Vogal Raúl Martins (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰¹⁹

"Muito obrigado Senhor Presidente. Eu gostava de dar o testemunho pessoal sobre a Derrama, uma vez que ando nas empresas há já uns anitos. E poderia dizer que a Derrama é talvez a última das preocupações das empresas.

A grande importância para a empresa, essa sim e que justifica a Derrama, é a criação de condições para que uma empresa, num determinado local, que o município possa ceder, dar, oferecer às empresas vantagens competitivas para que lhe possa efetivamente potenciar a sua atividade e o seu lucro.

Julguei que as coisas estavam melhor e julguei que, já havia uma discriminação da origem das Derramas! A não existir é uma grave falha, deste, ou de qualquer governo.

Deste, e de qualquer Ministro. Porque a Derrama (contrariamente ao que foi dito aqui), não é sobre o lucro das empresas que tem aqui sua sede fiscal. A Derrama é o valor que corresponde à proporção do rendimento gerado no município. Isto é, uma empresa pode ter a sua sede em Lisboa, mas como têm uma unidade fabril em Aveiro, deve pagar Derrama. Mas como é que o município fiscaliza o pagamento da Derrama dessa empresa se não tem acesso a quem paga Derrama?

Penso que é uma coisa que qualquer Governo, este ou outro, deve cuidar, para uma maior transparência daquilo que é a origem dos fundos públicos.

Quanto à votação. Eu fiquei sensibilizado os argumentos do Dr. Pires da Rosa. E reconheço que a votação aqui tem de facto um escopo diferente da votação na Câmara. E portanto, perante uma situação destas, eu não gosto muito de fazer isto, porque não gosto de estar de bem com deus e com o diabo. Mas vou ter uma posição que me ponha de alguma forma de bem com deus e com o diabo. Vou-me abster neste ponto. Disse."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁰

"Muito obrigado. Rui Alvarenga, entendemos que não faz sentido, não é preciso. E, obviamente, está claro que o volume de negócios é uma coisa, lucro é outra coisa. São coisas absolutamente distintas, mas neste caso jogam-se as duas para se decidir se paga ou não paga. Claramente as respostas são estas.

Filipe, eu enfim, acho que a Derrama não faz diferença na competitividade entre municípios. Não faz de todo. É um completo zero. Para mim é uma não questão. Já era quando era Presidente da Câmara de Ílhavo e continua a ser uma não questão. Aliás, o problema da tributação das empresas em Portugal é um problema. Eu aplaudi o CDS-PP quando na legislatura anterior, propôs a redução para metade do IRC. Porque eu acho que de facto era capaz de ser interessante uma redução drástica da tributação para aumentar drasticamente a quantidade as empresas pagam. Porque a quantidade de empresas que não pagam é muito baixo. Mas não venceu. Não venceu como sabemos e, portanto, é assim que estamos. Agora vantagem competitiva, nada disso.

Como é que é possível um município como o nosso e a nossa Derramou no passado, de receita, foi de 2 milhões e meio!? Isto faz algum sentido. Só gostava muito de saber quem pagou? Gostava mesmo. Embora tenha uns indicadores eles não chegam nem a 50 por cento do valor arrecadado.

Rita Batista, eu não tenho consciência de falta de respostas ao bloco. Se se refere aos dois requerimentos que recebi hoje, enfim, responderei com gosto e lealdade. Agora em matéria de informação, nomeadamente financeira, que é o que está aqui à volta, os membros da Assembleia Municipal têm sempre toda a informação financeira que a Câmara produz.

Portanto não vejo nenhuma analogia da nossa vida com a da Autoridade Tributária! E continuo a não ver qualquer lógica da Autoridade Tributária não nos facultar esses. Depois dizer-vos, as empresas pagam em razão proporcional ao número de postos de trabalho que têm em cada base de operação e não em relação à Sede. Foi a nuncce da última alteração legislativa, em que era estritamente a sede, e isso acabou.

É evidente que é muito injusto, porque evidente que é muito injusto para o município de Montalegre, que tem lá uma mega barragem da EDP que ocupa uma parcela enorme do território, aquilo é operado por menos do que um funcionário (é menos do que um) não chega a ter um funcionário e quando a EDP vai distribuir a sua Derrama pelo território, enfim, o que lá fica é muito pouco porque está lá só uma pessoa para fazer a conta. Portanto há desproporções como sabemos, mas a regra já são estas.

Quanto ao deus e o diabo do Raúl Martins eu prefiro não perceber. Agora, o que está aqui, é uma proposta da Câmara que veio com a votação que vem, para ser votada, com votação que veremos nesta Assembleia Municipal. Obrigado."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰²¹ ponto 5 – Derrama 2019, sendo aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor (PSD15+CDS6+PS2), treze abstenções (PS9+BE2+PCP1+PAN1), e zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

Ponto 6 – Participação variável no IRS – Ano 2019.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 31/10/2018, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

O Presidente da Mesa, iniciou o período de inscrições, uma vez que no ponto anterior o Presidente da Câmara fez a introdução dos três pontos em apreço.

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰²³

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores deputados, uma questão aqui muito simples que tem a ver com a pretensão da Taxa máxima da varável de IRS. A pergunta é muito simples. Por que não resultou limpidamente, claro, daquilo que foi o debate no ano passado em trono deste tema, se efectivamente a Câmara Municipal está obrigada a colocar o IRS à taxa máxima pelo FAM ou não?"

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰²⁴

"Senhor Presidente, a proposta que a Câmara apresenta aqui é a fixação no seu valor máximo. E talvez começar por dizer que estamos perante uma lei que é injusta, porque no que se refere, no geral o IRS é progressivo ao nível dos rendimentos, no que diz respeito à participação variável no IRS, há apenas uma taxa a igual para todos.

Isso significa que trabalhadores que auferiram rendimentos baixos e outros com rendimentos altos, pagam a mesma taxa.

O Bloco de Esquerda tem uma proposta neste Orçamento do Estado para permitir às Câmaras o escalonamento desta participação variável no IRS, de acordo com os rendimentos de trabalho. Mas no geral, consideramos que a proposta da Câmara é um

exemplo máximo da sua política de austeridade. Impostos máximos sobre o trabalho e a mesma taxa máxima quer se trate de grandes ou pequenos rendimentos do trabalho. Disse."

Vogal António Neto (BE)⁰²⁵

Vogal Raúl Martins (PS)⁰²⁶

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁷

"Senhor Presidente, só para dar resposta à questão do Filipe Guerra. A resposta é em sim. Temos essa obrigação."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰²⁸ ponto 6 – Participação variável no IRS – Ano 2019, sendo aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor (PSD15+CDS6+PS2), dez abstenções (PS9+PAN1), e três votos contra (BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰²⁹

"Considerando a explicação dada pelo Senhor Presidente da Câmara à questão colocada pelo PCP, o voto contra do PCP é um voto de natureza política, pelo que nos parece ser uma violência, de facto, a taxa de IRS colocada ao máximo para os cidadãos — independentemente da obrigatoriedade que a Câmara de Aveiro tem em relação a esta matéria pela sua adesão ao FAM, que de resto o PCP procurou combater. Tenho dito."

Vogal Rita Batista (BE):⁰³⁰

"Senhor Presidente faço da minha intervenção a declaração de voto do Bloco de Esquerda."

Ponto 7 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2019.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 31/10/2018, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

O Presidente da Mesa, iniciou o período de inscrições, uma vez que no ponto 5 o Presidente da Câmara fez a introdução dos três pontos em apreço.

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰³²

Vogal Rita Batista (BE)⁰³³

Vogal António Neto (BE)⁰³⁴

Vogal Raúl Martins (PS)⁰³⁵

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰³⁶

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁷

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰³⁸ ponto 7 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2019, sendo aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor (PSD15+CDS6+PS2), dez abstenções (PS9+PAN1), três votos contra (BE2+PCP1).

Não houve declarações de voto.

Ponto 8 - Apreciação e votação Propostas de Recomendação à Câmara Municipal apresentadas, pelo PAN:

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao proponente⁰³⁹ das Recomendações (Partido Animais natureza) para apresentação dos documentos:

a) Por uma redução na utilização de plásticos no município de Aveiro;

Proposta de Recomendação:

«Vivemos numa era de consumo desenfreado, onde quase tudo é descartável e onde esgotamos cada vez mais cedo o orçamento anual dos recursos renováveis da Terra, de tal modo que um dos grandes desafios da Humanidade no presente se prende com a poluição daí resultante e com a gestão de resíduos.

Os plásticos assumem aqui um lugar de destaque, sendo que metade da sua produção se concentra nos últimos 15 anos, e um saco de plástico, por exemplo, que possui uma vida útil média de 25 minutos pode durar 450 anos. A maioria do plástico utilizado actualmente não provém de recursos reciclados, nem é posteriormente reciclado ou reutilizado.

No seu relatório de 2016, com o título “The New Plastics Economy: Rethinking the future of plastics”, o Fórum Económico Mundial alerta para o facto de que, se mantivermos tudo como está, os oceanos irão conter 1 tonelada de plástico para cada 3 toneladas de peixe em 2025. E em 2050 haverá nos oceanos mais plástico do que peixe (em peso). Isto poderá ter implicações também ao nível da saúde humana, pois os plásticos ingeridos pelos animais acabam por entrar na nossa cadeia alimentar, tendo sido comprovado recentemente em testes laboratoriais a existência de microplásticos em seres humanos.

Em 2015, foi firmada a resolução das Nações Unidas intitulada: “Transformar o nosso mundo Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, a qual estabelece 17 objectivos e conjuga os principais desafios que a Humanidade enfrenta nas várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico e ambiental), através da concretização de 169 metas até 2030. Uma das metas do Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 11 é: reduzir o impacto ambiental negativo per capita nas cidades, prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros. No Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 12 inclui-se: reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização e promover práticas de compras públicas sustentáveis.

O Parlamento Europeu aprovou recentemente uma proposta a favor da interdição da venda de uma série de plásticos de uso único na União Europeia a partir de 2021, fazendo-se saber que estes plásticos – pratos, talheres, palhinhas, varas de balões, cotonetes e agitadores de bebidas – representam mais de 70% do lixo marinho, pelo que deverão passar a ser fabricados exclusivamente a partir de matérias-primas mais sustentáveis.

Em Portugal, a taxa de reciclagem de resíduos ainda se situa muito aquém das metas estabelecidas pela Comissão Europeia para 2020. Recentemente foram tomadas algumas medidas que caminham nesse sentido, destacando-se:

A aprovação na Assembleia da República, a 26 de Outubro de 2018, de um sistema de incentivo e depósito de embalagens de plástico, vidro e alumínio, a decorrer em duas fases: numa primeira fase, a ser implementada até 31 de Dezembro de 2019, haverá um incentivo à devolução de garrafas de plástico e seu encaminhamento para reciclagem, e a partir de Janeiro de 2022 será obrigatória a existência de sistemas de depósito de embalagens de bebidas de plástico, vidro, metais ferrosos e alumínio com depósito não reutilizável;

Também o Conselho de Ministros aprovou a Resolução nº141/2018, de 26 de Outubro de 2018, que institui a proibição do uso de plástico de uso único ou descartável ao nível do Estado e organismos da Administração directa e indirecta, sendo esta medida facultativa para a Administração autónoma.

Consideramos que se impõe implementar a nível local medidas urgentes para uma economia circular, promovendo o uso eficiente de recursos, através da redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais, de modo a reduzir a produção de resíduos.

Face ao exposto, o Grupo Municipal do PAN – Pessoas – Animais – Natureza propõe que a Assembleia Municipal de Aveiro, na sua sessão Ordinária de 09 de Novembro de 2018, delibere que a Câmara Municipal de Aveiro, no combate ao desperdício de recursos plásticos, considere:

- 1. O desenvolvimento de uma campanha para a promoção do consumo de água da torneira, em detrimento do uso de água engarrafada.*
- 2. A redução gradual da utilização de plásticos de uso único ou descartável nos serviços da autarquia e em todas as actividades e eventos promovidos pela Câmara Municipal de Aveiro.*
- 3. Implementar medidas para que, no âmbito dos procedimentos de contratação pública para aquisição de bens e serviços, que se iniciem após a presente deliberação, a Câmara deixe de adquirir e utilizar loiça de plástico de uso único ou descartável.*
- 4. À semelhança do que acontece em algumas cidades europeias, disponibilizar pontos de enchimento de água da torneira, nomeadamente em edifícios municipais de serviços e escolas, assim como em espaços públicos de grande afluência de pessoas e distribuir garrafas reutilizáveis.*
- 5. Apoiar todos os estabelecimentos – cafés, bares, empresas, galerias, museus, etc. – que queiram aderir à campanha, através da facilitação da colocação de pontos de enchimento das garrafas reutilizáveis.»*

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.[040](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Segundo um relatório do estado do ambiente em 2017, cada português produziu 483 quilos de lixo. Em média 1.32 quilos de lixo por dia, qual o plástico surge preponderante. Sabemos que as garrafas de plástico podem durar 450 anos e que no mar são despejados anualmente 8 milhões de toneladas de plásticos, que equivale a despejar um camião de lixo por minuto. Em termos de área, a ilha de plástico existente no Pacífico, tem cerca de 17 vezes a dimensão do nosso país.

O Fórum Económico Mundial alerta para o facto de que se mantivermos tudo como está os oceanos irão conter uma tonelada de plástico para cada 3 toneladas de peixe em 2025. E em 2050 haverá nos oceanos mais plástico do que peixe.

De acordo com dados da UNESCO morrem anualmente 100 mil mamíferos marinhos e um milhão de aves marinhas devido à ingestão de plástico. Estamos efetivamente a matar a vida no mar e a causar graves consequências para a saúde humana.

Para além da existência de microplásticos em peixes que entram na cadeia alimentar, já se provou a existência de microplástico em seres humanos onde foram identificados até nove tipos diferentes de plásticos, sendo que a maioria possui substâncias químicas tóxicas. Estamos desta forma esgotar os recursos do planeta e não temos sido capazes de gerir os nossos resíduos de forma eficaz. A gestão de resíduos é um dos grandes desafios a curto prazo que não podemos continuar a ignorar.

O Parlamento Europeu aprovou recentemente uma proposta para interditar a venda na União Europeia de uma série de plásticos de uso único a partir de 2021, substituindo o seu fabrico por outros materiais sustentáveis. Estamos a falar de pratos, talheres, palhinhas, varas de balões, cotonetes e agitadores de bebidas, os quais representam 70% do lixo marinho.

Infelizmente, Portugal está a falhar as metas de reciclagem definidas pela União Europeia. Apenas 22% do lixo produzido foi para os sistemas de reciclagem e

compostagem — o que valeu Portugal a integração na lista negra dos países que não estão a fazer o suficiente.

Ainda assim começamos a dar alguns passos no cumprimento das metas. A partir de 2019 será implementado um sistema de incentivo ao depósito de garrafas de plástico, que depois seguirão para reciclagem. O Conselho de Ministros também aprovou a proibição de utilização de plástico de uso único ou descartável, ao nível do estado e organismos das administrações direta e indireta, porque na verdade não importa apenas reciclar mais. Importa também deixar de usar determinados plásticos, pois a própria reciclagem não se faz sem gerar poluição.

Consideramos que esta medida se deve estender às autarquias locais à semelhança do que tem vindo a ser feita em várias cidades europeias e em vários municípios portugueses, como é o caso de Santo Tirso, que lançou uma campanha de promoção do consumo de água da rede pública e anunciou a instalação de 47 bebedouros públicos no concelho, a somar aos 10 já existentes, seguindo assim o exemplo de outras cidades europeias como Londres e Veneza.

Também em Lisboa a autarquia está a implementar uma campanha para a consciencialização da necessidade de reciclagem dos plásticos. Nomeadamente na questão da utilização de copos de plástico no espaço público, em festas e concertos, sendo que até 2020 o uso de copos de plástico será mesmo proibido nestes contextos.

O Governo Regional dos Açores lançou a campanha "Açores sem palhinhas" destinada a empresários de hotelaria e restauração, com o intuito de sensibilizar o sector para o não uso destes materiais de plástico e a sua substituição.

A Assembleia Municipal do Porto aprovou por unanimidade a proposta do PAN, intitulada "A desplastificação também começa no Porto". Na última edição da Web Summit, substituiu os habituais 205 mil copos de plástico por copos de papel. São estas algumas práticas, as boas práticas, que temos vindo a verificar.

Por conseguinte, gostaríamos que a Câmara Municipal de Aveiro que se comprometeu intensificar o investimento na sensibilização e educação ambiental, bem como na realização de ações e campanhas visando a redução da produção de resíduos urbanos, implemente as propostas que apresentamos para redução do uso de plástico no município, enquanto autarquia empenhada numa eficaz gestão de resíduos e que acompanha as atuais preocupações ambientais. Obrigado"

Membros da Assembleia

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁴¹

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁴²

Presidente da Mesa⁰⁴³

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁴⁴

Presidente da Mesa⁰⁴⁵

Vogal Rui Alvarenga (PAN)⁰⁴⁶

Presidente da Mesa⁰⁴⁷

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁴⁸

Presidente da Mesa⁰⁴⁹

"Senhores deputados, não vamos fazer aqui à "la carte" a gestão deste processo. Portanto, houve aqui um esforço de concertação para a retirada de pontos desta moção, enfim, acredito que até certo ponto há deputados que tenham tentado fazer isso, ou seja, em diálogo prévio com os senhores deputados, não me parece que seria realmente a via mais adequada para esse processo. Tenho tomado já algumas ações muito concretas nesse sentido. Aliás, hoje temos um exemplo muito concreto que vamos ter, em que tentei exatamente fazer isso e assumo perfeitamente esse, digamos esse papel.

Portanto vamos avançar nos termos da moção que aqui está apresentada. A Moção foi feita a sua apresentação, estão abertas as inscrições para a sua discussão e votaremos ponto a ponto."

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁵¹

"Exmo. Senhor Presidente, Senhores deputados e naturalmente o Senhor deputado Rui Alvarenga como proponente do texto.

Aquilo que é a Recomendação que o PAN apresenta, reflete factos que têm notoriedade científica que já é neste momento inquestionável. O texto reflecte preocupações sobre os plásticos, sobre a água, que são preocupações relevantes e justas. Pronto, isto são também factos relevantes e que têm de facto, tem importância a assinalar.

Naturalmente as questões e os problemas ambientais hoje têm uma complexidade muito grande. Há outros aspetos que poderiam eventualmente ser colocados, não estou com isto a dizer que ao caso teriam que ser, mas poderiam. As questões do aquecimento global, por exemplo. E, naturalmente, de uma perspectiva comunista sobre as questões do Ambiente, enfim, aqui, naturalmente, separamo-nos eventualmente do PAN. Nós consideramos que de facto o Ambiente, o planeta Terra, a humanidade, são de facto colocadas em causa a sua própria subsistência continuidade por um sistema que efetivamente, ansiando pelo lucro, é capaz de tudo, numa atitude predatória sobre o próprio planeta, colocando-o em risco. Esta é a nossa perspectiva. Contudo, aquilo que o PAN apresenta, o texto que apresenta, pelo eixo axiológico do seu pensamento é positivo. E nesse sentido, nós valorizamos as preocupações que reflete e nesse sentido, acompanhamos aquilo que são as preocupações do PAN e aquilo que propõe. Eventualmente, se critica a sério houver a fazer, esta recomendação até é a sua insuficiência. Mas de facto, há um mérito que é de lançar uma primeira pedra num caminho e isso PAN faz e tem esse mérito.

Gostaria só de, isto é uma apresentação de ideias, mas eu francamente devo dizê-lo. Eu não compreendo de todo, mas não compreendo mesmo, a postura que o PSD tem em relação a esta recomendação! E já não é a primeira vez. Citando de memória, quando o CDS apresentou uma recomendação, sobre questão da descentralização, já na altura o PSD fez um exercício de uma pequena chantagem por causa de uma palavra, qualquer coisa como um "provavelmente". Mas fez esse número e eu só queria dizer o seguinte, desculpem lá, mas eu tenho de o fazer. Eu não acho essa atitude séria. Acho que é uma atitude que revela prepotência, incapacidade de diálogo, incapacidade de construir pontes. São temas não conflituantes, enfim, de alguma forma não conflituantes. É uma postura de bullying, de chantagem, uma coisa que sinceramente... vocês podem fazer o barulho que quiserem, batam palmas, façam o que quiserem, mas sinceramente esta esta é uma perspectiva que eu digo, a proposta que o deputado Manuel Prior apresenta de retirar os pontos 4 e 5 da recomendação do PAN, se os lerem com um bocado de seriedade intelectual, são coisas perfeitamente aceitáveis. Não está lá escrito nada de chocante, não. São coisas perfeitamente normais que qualquer Câmara Municipal faz aquilo sem qualquer dificuldade. Basta instalar uma torneira e está feito. E tem necessidade de cavar essa distância em relação a este tema. É preciso isso? Mas querem provar o quê e a quem? Não faz nenhum sentido. Tenho dito."

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁵²

"Senhor Presidente, começo a minha intervenção precisamente pela disrupção que houve aqui na apresentação desta proposta. Não pode haver uma proposta completa, complementar entre si, apresentada esta assembleia e por uma maioria, por uma

chantagem de uma maioria, ela ver-se socavada em princípios precisamente importantes e quiçá importantes e fundamentais, dentro dessa mesma proposta.

Ainda mais, num município, onde de facto há carências graves em pontos como é o que refere o ponto 4. Onde já estivemos muito bem e neste momento, numa cidade que se quer de portas abertas para o turismo, não haver pontos de água pela cidade por exemplo, não me parece condizente com uma cidade que se diz aberta para o turismo.

E é precisamente nestes pontos, que há a divergência. E, portanto, eu acompanho o que foi dito pelo PCP. Não é forma de se apresentar a um debate e este tipo de chantagem é totalmente inaceitável.

Em relação à proposta em si. É um debate incontornável. O problema do plástico, a epidemia do plástico. O Bloco de Esquerda acompanha a posição aqui apresentada, no entanto, consideramos que a tónica é demasiado posta no consumidor final. E pensamos que não é condizente com justiça social, por exemplo, pôr a responsabilidade por igual em alguém que tem constrangimento orçamental familiar nas suas escolhas de produtos por exemplo, a aquisição de produtos, de alguém que pode fazer essa escolha mais livremente e com mais desprendimento económico.

E, portanto, consideramos um erro quando o debate se prende com o consumidor final. Ilibando de alguma forma o problema, que nós consideramos ser o problema essencial, que é o que acontece a montante. Que é uma indústria sobre a qual não há qualquer restrições quanto, por exemplo sobre embalagens, onde um mesmo produto pode apresentar 1, 2, 3 capas de plástico, que se utiliza uma vez e deita-se fora e, nesse ponto a montante não há essa restrição. E consideramos que o debate deve ser feito aí, e que as medidas para redução de produção de plástico devem ser mantidas aí. Disse."

Vogal António Neto (BE)⁰⁵³

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁵⁴

"Muito obrigado Senhor Presidente. Ainda antes de falar sobre este ponto só para esclarecer o senhor deputado Filipe Guerra, o CDS, não foi, não é, e nunca será chantageado por ninguém. Quando há propostas elas são analisadas, no caso referiu a proposta foi analisada, foi aceite, foi uma ponte, foi um diálogo. Que isto fique esclarecido.

Relativamente à proposta de recomendação que nos é apresentada pelo PAN. Obviamente todos estamos conscientes do problema que existe com os plásticos em todo o mundo. Aqui estamos focados nos plásticos, digamos, que são utilizados por todos nós no nosso dia-a-dia em maior ou menor escala. Estamos perfeitamente de acordo com os pontos 1, 2 e 3 desta proposta. Aliás, até sugerimos ao Senhor Presidente da Assembleia que considere logo que possível que, as garrafas que nós temos aqui passem a ser de vidro, porque existe essa alternativa no mercado. Não tem problema nenhum quanto a mim passarmos a ter garrafas de vidro na Assembleia Municipal.

No tocante ao que temos aqui no ponto 4, no fundo, estes pontos de enchimento dos espaços públicos existem. E todos nós sabemos que nas instalações sanitárias de qualquer espaço público se pode encher uma garrafa. Acho que não há qualquer restrição nem nunca vi qualquer restrição.

O problema para nós está no ponto 5. Porque no ponto 5 vamos ter a questão de estar a recomendar a estabelecimentos privados, que aumente os seus custos (ouvem-se vozes).

Dizia, portanto, acho que este ponto 5 não faz sentido. Porque isso depende de cada empresa, de cada entidade facilitar ou não nas suas instalações o enchimento ou como todos vemos todos os dias a cedência de copos de água a quem tem sede. Nunca vi ser recusado um copo de água num café. Pronto, admito que possa haver quem o faça.

Este problema dos plásticos leva-nos mais longe. Eu penso e acho que todos têm essa consciência, que a situação em Portugal melhorou muito nos últimos 10/15 anos.

Hoje, há uma preocupação grande de reciclagem, porque em boa hora estas campanhas foram feitas no ensino básico ou no pré-primário. E os miúdos levaram para casa as preocupações com a reciclagem e houve muitos pais que não teriam preocupações com a reciclagem e passaram a ter e passaram a reciclar e passaram a separar e colocar os resíduos nos devidos sítios. Portanto a situação melhorou muito. Julgo que há aqui dois problemas. Um deles pode ser combatido com a redução dos plásticos, no consumo de plásticos que cada família faz, mas o problema passa por nossas casas. Nenhuma delas está preparada para ter vários recipientes para separar o vidro, o papel, o plástico, as pilhas, etc. etc. Porque hoje se quisermos reciclamos e separamos mais de meia dúzia de produtos na nossa casa e ir depositar — e depois esperar que seja dado tratamento adequado e que sejam levados ao destino final devido. Eu faço isso em minha casa. Mas as casas não estão preparadas para isso. Geralmente têm um sítio para ter 1 caixote de lixo e não mais. Esta é a realidade.

Depois o que se nota em Aveiro, muitas vezes, os ecopontos estão cheios. Eu chego a um ecoponto com um saco com latas, vidros, plásticos, depois levo para casa outra vez? Tenho duas hipóteses ou deixo ao lado sem saber quando é que alguém vai recolher ou depositar nos contentores de resíduos sólidos.

Este sim, acho que é um problema que tem de ser analisado e tem de haver aqui alterações nos níveis de recolha dos ecopontos, que eu acho que são em Aveiro manifestamente insuficientes.

Por último, julgo que a questão dos incentivos que irá iniciar no próximo ano para a mentalidade portuguesa é capaz de funcionar. É uma coisa adaptada à nossa maneira de pensar. Pode aumentar os níveis de reciclagem. E também concordando com as evidências sentidas na poluição do mar, também é verdade que muita da poluição que existe no mar não é causada por plásticos, digamos, de utilização humana, mas sim por aparelhos de pesca e a e outras coisas que vão indo parar ao mar e que também lá ficam. E também nós vemos exemplos de países de outras zonas do planeta em que o lixo, seja plásticos ou outras formas, é atirado aos rios e desagua no mar, felizmente em Portugal já não se passa. Não quer dizer que não haja exceções, mas em regra, nós andamos nas nossas ruas e não vemos lixo, seja plástico sejam outras forma lixo nas ruas. A situação está a melhorar e irá melhorar certamente. Mas como disse anteriormente, relativamente a esta proposta nós não estamos de acordo com o ponto 5 e como tal não votaremos favoravelmente."

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁵⁵

"Muito obrigado, senhor Presidente. Boa noite a todos. Nós não devemos diabolizar o plástico. O plástico é um material extraordinário. Há corações de plástico, os telemóveis são de plástico, os computadores são de plástico, o que não é bom é usar o plástico indevidamente. Uma garrafa de plástico que tem uma perenidade enorme, para uma única utilização de beber da garrafa e deitá-la fora. Portanto o que há a combater é esse mau uso que é feito desse material.

É evidente que as autoridades públicas, o Estado, as autarquias, devem prosseguir políticas públicas fortes, amigas do Ambiente e que restrinjam o mau uso do plástico. A resolução do Conselho de Ministros que é aqui invocava na moção, mais não é do que a materialização de uma política pública deste Governo no combate a este mau uso. E estas políticas ambientais materializou-se também, por exemplo, hoje no anúncio dos vencedores do selo verde em que o Ministério do Ambiente agraciou os promotores dos

festivais, desde os maiores aos mais pequenos de freguesia, que prosseguiram políticas que pudessem ajudar o ambiente na exclusão do mau uso do plástico, na requalificação das águas que são usadas nesses festivais e tantas outras medidas úteis e que são pedagógicas para o bom uso do plástico e para o ambiente.

É evidente que as autoridades públicas têm aqui um papel fundamental para induzir comportamentos, por exemplo, o Rui Alvarenga apresentou a sua moção. É contra o mau uso de plástico, mas estava com sede, abriu a garrafa e bebeu água! Eu estou aqui morto sede, mas a minha garrafa não foi usada e não beberei. E esse é o ponto. É que isto parte de cada um de nós.

O Presidente também bebeu, tem graça. Agora o que eu acho importante é que o Senhor Presidente e esta Assembleia prossiga uma política pública de que para a próxima sessão não apareçam garrafas de plástico, mas apareçam outros recipientes, para que os senhores deputados possa beber sem fazer má utilização do plástico. Isto é uma política pública que tem uma certa graça, mas daqui a alguns anos não terá graça nenhuma porque será normal. Na Assembleia da República e nas instituições diretas do Estado, estas garrafas de água já estão banalizadas e já não são utilizadas.

O que a resolução do Conselho de Ministros diz é, colocam um imperativo em relação ao Estado que tutela diretamente e convida o outro Estado, não do ponto de vista técnico, as autarquias e outras organizações a poderem associar-se ao escopo dessa resolução.

A Câmara Municipal de Aveiro, o município de Aveiro pode prosseguir políticas públicas que sejam amigas do Ambiente e pode começar pela banalização das garrafas de água na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal e em outros edifícios que tutela.

Escalpelizando cada uma das cinco medidas que são aqui são aqui colocadas pelo PAN, elas obviamente são todas utilíssimas e são todas exequíveis pela Câmara Municipal. Todas sem exceção. E eu não posso compreender que o PSD, sectariamente, como tem vindo a fazer nos últimos anos nesta assembleia, rejeite moções com as quais estamos todos de acordo, porque é contra a disponibilização de pontos de enchimento de água da torneira! E nós temo-las já nos edifícios públicos, nós temo-la já nas escolas, nós temo-las já nos espaços públicos, esta política pode ser perseguida pelo município, mas também pode ser perseguida pelas juntas de freguesia. Pedir aos estabelecimentos, procurar estimulá-los, induzir comportamentos e convidá-los para uma campanha em que rejeitem copos de plástico, palhinhas e todos esses materiais que são descartáveis e convidá-los a aderir, é uma boa política pública. E não é exercer um imperativo ou uma autoridade sobre esses sobre esses estabelecimentos. É convidá-los. E a Câmara deve dar esse exemplo. E, portanto, eu entendo esta Moção como uma recomendação à Câmara, no sentido de poder apresentar políticas públicas palpáveis que nós possamos eventualmente aqui discutir, mas que urge sobretudo concretizar. Esta é uma agenda que é cara ao Partido Socialista e obviamente merece o meu total acordo. Disse."

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁵⁶

"Boa noite. Muito obrigado Senhor Presidente. Brevemente. Eu vejo esta proposta como uma oportunidade. Acho que ela tem bastante bondade e custa-me um certo discurso de desculpabilização de que já fizemos muito. Mas é assim, os números que nos deram foi 22% do que podíamos ter feito. E por isso custa-me. Além disso, quando eu falo de oportunidade, é que nós não podemos ao mesmo tempo ser capital da cultura, defendermos e anunciarmos e ficarmos muito orgulhosos com o turismo e termos um projeto de vanguarda chamado "Steam City", e estamos aqui a discutir estes problemas num nível que não é apropriado.

Ou seja, somos capital temos que dar o exemplo. Se chegarmos à Holanda, se chegarmos à Áustria, o que nos dão no aeroporto é uma garrafa reutilizável, ou numa instituição, numa universidade, no que quer que seja. Que inclusivamente é usado como símbolo da cidade. E por isso, nós perante as oportunidades, reagimos de uma forma que não é nossa, que não nos põe na vanguarda, dificilmente faremos desta cidade aquilo que ela merece ser. Além de que, se continuar a chover, podemos obviamente utilizar as bacias de retenção que já vamos fazendo no centro da cidade e encher lá as garrafinhas."

Vogal Joaquim Oliveira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁵⁷

"Obrigado Senhor Presidente. O PAN recomenda. O PAN recomenda Senhor Presidente, E as medidas que estão exaradas na sua proposta são selectivas e a Câmara terá uma maior ou menor dificuldade em levar a efeito algumas. É fundamental que a Câmara dê o exemplo. E assim sendo todas as medidas têm o nosso franco apoio.

Agora queria referir-me aqui a uma observação do Senhor deputado Jorge Greno, quando disse que as nossas casas não estão vocacionadas para a reciclagem.

Eu reciclo até as rolhas de cortiça. Eu já nem utilizo os contentores tradicionais. no turismo, os produtores tradicionais. Os contentores tradicionais hoje são, para a nossa população, portanto, boa parte população integrante da utilização de contentores tradicionais. Eu não utilizo os contentores tradicionais. Aliás, eu não devia ser tributado com a recolha de lixos sólidos.

Tenho um contentor com umas rodinhas em casa, onde coloco os vidros, os plásticos e os papéis, e pego e vou com o contentorzinho ao Ecoponto, claro.

Reciclo as rolhas de cortiça, reciclo as tampas das garrafas, reciclo as cápsulas de café. Portanto a minha casa não foi concebida com essa actuação mas é possível. A questão da reciclagem é uma questão de esforço intelectual, vulgo força de vontade. Nós temos que nos habituar a essa função. Temos de no habituar a essa conduta. Como é óbvio o município tem de ajudar.

Eu até propunha aqui ao Senhor Presidente o seguinte. Talvez fosse possível criar projectos piloto da seguinte forma. Locais devidamente escolhidos e devidamente vocacionados, aumentar a densidade dos ecopontos e mandar instalar nos jardins um conjunto de caixas de compostagem. Essa era uma ideia de projeto-piloto que teria que ser acompanhado por uma ação pedagógica insistente. Insistente, de maneira que as pessoas se comecem a habituar a fazer a sua reciclagem e os seus resíduos biodegradáveis seriam colocados em caixas de compostagem. É um processo muito demorado, mas é possível, porque faz lembrar aquela máxima de "no princípio estranha-se e depois entranha-se". Obrigado."

Vogal Raúl Martins (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁵⁸

"Obrigado Senhor Presidente. Nós temos vindo a assistir e a ser bombardeados nas sessões desta assembleia por uma série de moções e propostas de recomendação do PAN e também do Bloco de Esquerda, que disputam entre eles quem é que é o partido mais ético, mais bonzinho e tal. Mas são assuntos que tipicamente nós concordamos. É uma forma interessante de provar a sua existência e a imprensa gosta sempre deste tipo de coisas.

De facto, estes partidos não estão a tentar provar que estão a defender o mundo ou a humanidade.

O que estão é efetivamente a tentar ganhar votos, em assuntos com que basicamente todos concordamos porque são bonzinhos. Ora para esse peditório eu não dou.

Independentemente de reconhecer que os esforços que estão a ser feitos para acabar com o flagelo plástico não são suficientes, independentemente da bondade das propostas que sejam apresentadas, eu votarei sempre contra as propostas que me cheirem a populismo puro. Proposta que me cheirem a populismo politiquero baseadas em preocupações que a todos nos afligem.

Temos que resolver o problema dos plásticos a nível global? Temos. E é urgente que o façamos e se aprofunde o combate a esse flagelo. Mas que o PAN ou outro partido à sorrrelfa, se queira intitular como patrono desta luta que está a ser travada e facturar politicamente com o processo, eu não aceito. Por isso votarei contra. Disse."

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do artigo 34.º do Regimento⁰⁵⁹

"Senhor Presidente, queria intervir em defesa da honra, se me permite.

Já não é a primeira vez que pseudodemocratas se dirigem ao PAN como se o partido como se o mesmo não tivesse aqui legitimamente eleito.

Agem como (uma vez inclusive sobre uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara) disse que concordava com o PAN, mas gostaria de nunca concordar com o PAN! Isto é um acto irreflectido ou não, mas é um acto de preconceito.

É um acto de preconceito que não se adequa nem a esta instância, nem a instância nenhuma, rigorosamente nenhuma, do ato democrático.

O que me espanta é que estas pessoas nas comemorações do 25 de Abril e de outras comemorações que por aqui ocorrem, batem no peito, pela liberdade, defesa de opinião, liberdade de opinião, liberdade de direitos individuais e quando chegam esta câmara e a têm a ousadia de denominar os colegas devidamente eleitos, legitimamente eleitos, de "politiqueros".

Dizer que é coisa que não sou. Nunca foi. Já estive 20 anos num partido político sem ser este. E se nós estamos a colocar estas matérias na agenda política agora, é e porque durante 40 anos nunca ninguém fez. Nunca ninguém ousou colocar na agenda política a questão dos animais, a questão da natureza, questão do ambiente. E mera incompetência que foi gerada durante 40 anos.

Não aceito a denominação de "politiquero". Não o sou e não posso aceitar que esta câmara e vossa Excelência Senhor Presidente, reincida na aceitação deste tipo de termos para que uns deputados se dirigirem a outros. É absolutamente inadmissível. Eu foi frequentador desta casa enquanto cidadão, vi muitos presidentes ai sentados e nunca ouvi, nem me recordo, de ver reincidentemente alguém dirigir-se a um partido legitimamente eleito desta forma. É a primeira vez! Muito obrigado."

Presidente da Mesa⁰⁶⁰

"Senhor deputado, eu no limite não lhe devia ter dado a palavra. Porque o Senhor deputado no fundo o que fez foi uma declaração de protesto a nível político, para a qual eventualmente depois o Senhor deputado Raul Martins usar a figura regimental do contraprotesto.

A defesa da honra, senhor deputado, cada um tem a sua sensibilidade, mas considerar que "politiquero" é algo que atinge a honra será algo discutível, mas enfim. A defesa da honra é algo num campo mais individualizado. Mas não vamos agora multiplicar debate sobre isto. Vamos prosseguir."

Vogal Rui Alvarenga (PAN):⁰⁶¹

"Senhor Presidente, alguém que chama "politiquero" a outro deputado de forma reincidente, eu o que posso fazer é sair da sala sempre que esse deputado falar. Eu estou

completamente à vontade para o fazer. Porque é absolutamente inadmissível o que se passou aqui hoje."

Vogal Raúl Martins (PS) — Nos termos do artigo 34.º do Regimento⁰⁶²

"Muito obrigado Senhor Presidente. De facto quem me conhece sabe muito bem que eu não gosto nada de politiquices. Mas gosto da política. E não sou "pseudodemocratas". Eu pertenço a um Partido que foi fundado por democratas.

Ao contrário do PAN, que foi criado por aquilo que há de mais "reacionário" no nosso país. "Os defensores dos melhores filhos da raça". "Do quinto império", etc. É aí que está a génese do PAN.

Todos podem consultar aquilo que nos anos 80 o fundador do PAN dizia e escrevia na nossa imprensa.

Agora de facto, quer retirar de cima de si a capa reacionária que lhe deu origem. Tudo bem. Haja como tal.

De facto, do que me parece, é que quando vem cá com estas propostas, vem dizer aquilo que o nosso Partido e que outros Partidos no Governo estão a tentar fazer. Aqui o que estão é a tentar cobrar e meter-se à ferente de uma luta que é de todos nós e que obviamente não foi o PAN que introduziu na política portuguesa e mundial."

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁶³

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁶⁴

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶⁵

"Senhor Presidente, muito obrigado. Há uma questão que eu gostava de partilhar com todos, com toda a seriedade, que este debate terá suscitado pela iniciativa do PAN.

Uma das questões que gostamos de fazer (há números contraditórios) é se em termos ambientais (esqueçamos agora as finanças) é melhor embalsarmos a água numa garrafa de plástico, que tem um processo em circuito quase fechado, não é absolutamente fechado, de reciclagem, ou se é melhor nós engarrafarmos em vidro, ou irmos à torneira colocar água numa jarra de vidro e depois gastarmos água e detergentes, que têm que ir para um processo muito complexo de depuração de água emitida, o que é nesta abordagem ambientalmente mais correto?

Isto é uma discussão está aberta no que respeita à questão da água. O problema dos plásticos, como bem disse o Marques Pereira, é o mau uso.

Se estas nossas garrafas saírem daqui todas direitinhas para o ecoponto e o processo de reciclagem correr como está previsto, estamos a fazer um trabalho correto em termos ambientais correctíssimo.

Se chegarmos à garrafa e a mandarmos aqui para o canal, pois aí a conversa muda de figura. É isto que está aqui em causa. Portanto, eu que tenho estado a discutir muito uma questão vital talvez, um dia destes cá estaremos a discutir todos, que é a reutilização e reciclagem da matéria orgânica dos resíduos indiferenciados. Que é hoje o grande problema em termos da gestão de resíduos indiferenciados. E temos uma grande oportunidade de, enfim, que oportunidade por um lado, mas que é uma obrigação dos nossos compromissos com a Europa, uma oportunidade para nós melhorar-mos muito a quantidade de resíduos que metemos no sistema da recolha diferenciada e cuja maior parte vai para aterro, não vai para nenhuma das componentes que no tratamento mecânico e biológico tem reaproveitamento, até porque a maior parte desses, tirando a reciclagem dos clássicos, é um total fracasso na produção do fertilizante e na produção dos pelets.

Esta é uma discussão que vale a pena fazer. Ou então a outra questão que por exemplo, pela experiência da nossa empresa das Águas da Região de Aveiro, eu não quero adjectivar mas tem de facto conclusões muito diferentes daquilo que nós pensamos. Não sei se conhecem as campanhas que de vez em quando a ADRA lança para que as pessoas bebam água da torneira? A garrafa oferecida tem um formato bonito e que têm um rótulo indicar isso mesmo — e a adesão é de facto baixíssima.

E se nós olharmos ao que se passa em nossa casa, nós próprios em nossa casa, temos problemas a este nível. Eu estou à vontade e gosto de explicar a minha atitude pessoal. Eu sou a única pessoa da minha casa que bebe água da torneira. E bebo sempre. A verdade é que as pessoas que comigo partilham a minha casa recusam beber água da torneira e compram água em garrafa. Depois a embalagem vai para o ecoponto e vai seguir o seu caminho.

A abordagem tem que ser feita nesta matéria, em que os recipientes que têm um processo de lavagem, ele próprio consumidor de água, e ele próprio poluidor, por força de utilização de detergentes, a ponderação da pegada ambiental deste procedimento, em relação ao plástico tem de ser bem ponderada.

É uma questão racional que debatemos hoje quando pretendemos aplicar a medida que está globalmente correcta. Agora, o problema dos Oceanos não é a Europa! Como o problema de sobre pesca no mundo, não é Europa. Como tantos outros problemas do mundo não são Europa. Porque, de facto, a Europa constitui a peça do conjunto dos países do mundo que melhor comportamento tem na relação com o próprio planeta e os seus valores ambientais. É assim comparado com qualquer outro país, incluindo Austrália, que às vezes se julga ser o mais avançado e não é — é claramente a Europa.

Portanto é esta abordagem tranquila que tem de ser feita e que de facto, no que respeita à água, nós temos de cuidar. Até porque temos aquela ideia que somos uma terra de água farta, mas quando ela falha, basta ter dois anos seguidos com baixa pluviosidade, nós já ficamos com problemas de gestão de recolha. Por isso fizemos um investimento monumental de 18 milhões de euros na Associação de Municípios de Carveiro, para aumentar as nossas reservas de água, e estarmos mais capazes de gerir momentos em que não há ou há de forma muito escassa.

Já baixámos a quantidade de espaços verdes que são regados e passámos aos prados de sequeiro, foi precisamente pelo mesmo motivo. E é isto no recurso água, que está em causa.

Portanto de forma tranquila, qualquer aluno de uma escola, qualquer funcionário da Câmara, que queira beber água da torneira, já o pode fazer. Não é preciso ponto nenhum. Agora, desculpem lá, empresas privadas têm de fazer a sua gestão e pagar as águas que consomem. Seja ela para lavar a loiça, seja ela para as pessoas. Mas hoje em qualquer café uma pessoa que se chega ao balcão e pede um copo de água, em regra, pede-se e não se cobram do copo de água em regra. Os bares e restaurantes servem um copo de água. Mas quantos cidadãos hoje pedem um copo de água? Ninguém pede um copo de água. As pessoas pedem uma garrafa de água. São casos muito escassos de ver, se o Filipe é uma delas, enfim, o Filipe a Joana, temos aqui dois. Estamos aqui 50 e dois fazem-no. Está-se bem. É esta a abordagem mesmo objectiva que temos que fazer. Agora a Câmara apoiar os estabelecimentos? Apoiar coisíssima nenhuma. Apoiar o quê?

E depois há uma abordagem que eu sempre chamo à atenção. Que é como é que nós conquistamos as pessoas. Porque de facto às vezes há certas atitudes que têm uma boa intenção, mas são feitas de tal ordem, que elas em vez de conquistarem as pessoas afastam-nas ainda mais de uma boa causa. E, portanto, há também aqui no marketing e na comunicação formas ajeitadas de cuidar disto.

E eu não vou falar de um membro do Governo que no seu gabinete (não sei se isso um dia destes não vem para a praça pública, já circula para alguns sítios), na mesa onde recebe as pessoas está lá uma jarra de água, mas as Secretárias estão proibidas de ir a torneira pô-la!? É uma garrafa destas que é usada para pôr água na jarra. Porquê? Vocês sabem disso. Sabem os que bebem água da torneira como eu. As vezes, em certas tipologias de tratamento de água, a água tem sabor que não é agradável. Não quiere dizer que a água está má. Bem pelo contrário. Mas os sabores em regra são reactivos em termos do nosso paladar. Quando muda o sabor da nossa água há uma pessoa que manda um SMS ou faz um telefonema para saber por que é que mudámos de produto no tratamento da nossa água, porque ela é tratada.

A nossa água não é tratada por métodos naturais. Os métodos naturais são caríssimos e exigia uma capacidade de armazenamento de água monumental. E, portanto, a nossa água tratada com processos químicos. Portanto é esta abordagem apenas que é preciso fazer de forma cuidada. Por isso, tudo o que aqui está escrito está muito bem escrito e vamos embora prá frente. Agora não façam é pressões políticas à Câmara porque nós vamos ter que andar todos os dias a dizer que não seguimos aquela recomendação.

Porque a recomendação está objectivamente disforme daquilo que é o caminho que devemos percorrer para termos sucesso nas boas intenções que aqui estão. Porque, obviamente, nós estamos aqui somos políticos, todos somos políticos, queremos atingir bons objetivos, mas alguns querem também chegar aqui e só perguntar "ó senhora câmara o que é que tem a dizer sobre a recomendação que lhe fizemos". Aqui nos pontos 4 e 5 eu vou sempre dizer que não vamos seguir. E obviamente que isso dá um campo de batalha à oposição, seja ela qual for, mas estes aspectos estão errados embora cheios de boa intenção.

Portanto peço aqui ao PAN para vir para a mesa de trabalho onde estamos muitos, a fazer com ambientais (depois também há as financeiras) mas continuo a deixar a conversa nas contas ambientais, sobre essas matérias da água, qual é de facto o melhor caminho.

Já por exemplo, nos copos, se hoje forem às máquinas de vending na Câmara, já nenhuma tem copos de plástico, todas têm copos de papel cartonado. Todas. Mas eu também já li que é um disparate porque a consequência para o Ambiente do abate de árvores para produção industrial de pasta de papel é mais nefasta, deixa uma pegada ambiental mais pesada e negativa, do que o processo de plástico.

Mas estamos nesta discussão e esta discussão é importante, de forma racional, tecnicamente avalizada, para tirarmos conclusões, e sabermos para que lado é que seguimos.

Chamo sempre a atenção para o peso da indústria destas áreas, que é brutal. A do papel e a do plástico. Estamos a falar de guerras comerciais à escala do mundo e que muitas vezes nós que andamos aqui a procurar dar contribuições para o ambiente e às vezes estamos no meio de guerras comerciais de milhões e milhões, que nem sequer nos passa pela cabeça.

Portanto deixar isto com recomendação ou sem recomendação. Eu acolho toda a recomendação imediatamente, tirando objectivamente o ponto 4 e o ponto 5.

Mas mais do que isso, solicitar ao PAN e a todos os que se interessam por esta matéria, virem para a mesa de trabalho para tomarmos boas decisões, ponderando-as racionalmente. Somos sócios da empresa da ADRA, somos sócios dela e temos o dever de contribuir para a sua boa gestão. Somos o maior acionista dos pequenos acionistas.

Portanto eram estas notas que eu gostava de partilhar como um contributo obviamente positivo para esta reflexão e para melhorarmos os nossos comportamentos ambientais. É obviamente isso que todos queremos. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN)⁰⁶⁶

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁶⁸

Vogal Rui Alvarenga (PAN)⁰⁶⁹

Presidente da Mesa⁰⁷⁰

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁷¹

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁷²

Vogal Fernando Nogueira (PS)⁰⁷³

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁷⁴

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁷⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁷⁶

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou⁰⁷⁷ à votação, o ponto 1 da Proposta de Recomendação «O desenvolvimento de uma campanha para a promoção do consumo de água da torneira, em detrimento do uso de água engarrafada», sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta e cinco votos a favor (PSD15+CDS6+PS10+BE2+PCP1+PAN1), zero abstenções, e um voto contra (PS1).

Continuando, colocou à votação, o ponto 2 da Proposta⁰⁷⁸ de Recomendação «A redução gradual da utilização de plásticos de uso único ou descartável nos serviços da autarquia e em todas as actividades e eventos promovidos pela Câmara Municipal de Aveiro», sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta e cinco votos a favor (PSD15+CDS6+PS10+BE2+PCP1+PAN1), zero abstenções, e um voto contra (PS1).

Continuando, colocou à votação, o ponto 3 da Proposta⁰⁷⁹ de Recomendação «Implementar medidas para que, no âmbito dos procedimentos de contratação pública para aquisição de bens e serviços, que se iniciem após a presente deliberação, a Câmara deixe de adquirir e utilizar loiça de plástico de uso único ou descartável», sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta e cinco votos a favor (PSD15+CDS6+PS10+BE2+PCP1+PAN1), zero abstenções, e um voto contra (PS1).

De seguida, colocou à votação, o ponto 4 da Proposta⁰⁸⁰ de Recomendação «À semelhança do que acontece em algumas cidades europeias, disponibilizar pontos de enchimento de água da torneira, nomeadamente em edifícios municipais de serviços e escolas, assim como em espaços públicos de grande afluência de pessoas e distribuir garrafas reutilizáveis», sendo o mesmo rejeitado, com vinte e um votos contra (PSD14+CDS6+PS1), zero abstenções, e quinze votos a favor (PSD1+PS10+BE2+PCP1+PAN1).

De seguida, colocou à votação, o ponto 5 da Proposta⁰⁸¹ de Recomendação «Apoiar todos os estabelecimentos – cafés, bares, empresas, galerias, museus, etc. – que queiram aderir à campanha, através da facilitação da colocação de pontos de enchimento das garrafas reutilizáveis», sendo o mesmo rejeitado, com vinte e um

votos contra (PSD14+CDS6+PS1), uma abstenção (PSD1), e catorze votos a favor (PS10+BE2+PCP1+PAN1).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Marques Pereira (PS):⁰⁸²

"Votei favoravelmente as cinco medidas na esperança que esta matéria da defesa do ambiente seja prioritária na Câmara de Aveiro. É uma prioridade de política pública do Partido Socialista e nós esperamos que esta políticas pública sejam prosseguidas pela Câmara de Aveiro, esperando também que tão breve quanto possível a Câmara apresente à Assembleia Municipal qual a campanha que vai promover de acordo com o ponto 1 aprovado e perceber qual a estratégia que a Câmara tem para a redução gradual dos plásticos como se diz no dois e perceber qual a parametrização das contratações que querem aprovar, para que de facto as Moções que são aprovadas na Assembleia Municipal sejam consequentes pela política prosseguida pela Câmara e não sejam areópago de fait-divers que tantas vezes divertem o Senhor Presidente."

Vogal Rita Batista (BE):⁰⁸³

"Senhor Presidente, eu pedia que a minha intervenção ficasse transcrita em acta e faça dela a minha declaração de voto."

Vogal Raúl Martins (PS):⁰⁸³

"Senhor Presidente era para também dizer que a minha intervenção é a minha declaração de voto."

Presidente da Mesa:⁰⁸³

"Bem, obviamente me parece que este tema, como foi aqui patente, é algo que diz respeito a todos. E como foi referido no início do nosso mandato nós pensamos que devem existir sessões temáticas. Há aqui uma componente técnica importante. O tema é do maior relevo, obviamente. E, até pelo seu relevo, justificará que seja um dos temas futuramente a ser considerado até com intervenções por parte das empresas que são e que devem ter aqui uma palavra importante para que os senhores deputados aqui as possam auscultar. Portanto é um trabalho que se calhar devemos começar a praticar e se calhar temos aqui um bom tema para uma futura sessão temática a planear devidamente e em tempo."

Continuando o Presidente da Mesa deu a palavra ao proponente da Proposta de Recomendação (Partido Animais natureza) para apresentação do documento:

b) Inteligência emocional - Literacia emocional nas escolas de Aveiro;

Proposta de Recomendação:

«Na década de 1980, uma equipa de investigadores da Universidade de Harvard desenvolveu a reconhecida Teoria das Múltiplas Inteligências, considerando que para além da inteligência lógico-matemática tradicional, o ser humano possui outras inteligências: Linguística, Musical, Espacial, Corporal-cinestésica, Interpessoal, Intrapessoal e Naturalista. Posteriormente, foram ainda sugeridas outras inteligências: Espiritual, Existencial e Moral.

Todas as formas de inteligência são válidas e, actualmente, num mundo complexo e em constante mudança, a maioria das profissões requer o uso simultâneo de vários tipos de inteligência.

No que diz respeito às inteligências interpessoal (a forma como nos relacionamos com os outros) e intrapessoal (a forma como nos relacionamos connosco próprios), nos últimos anos têm-se desenvolvido estudos e abordagens que as integram no âmbito da Inteligência Emocional, cada vez

mais valorizada e reconhecida como peça fundamental para o sucesso da pessoa na sociedade. Ter uma elevada inteligência emocional significa ser-se capaz de reconhecer as próprias emoções e as emoções dos outros, pensar sobre elas, compreendê-las e lidar com elas de forma adaptativa e saudável. Quando isto não acontece podem surgir dificuldades de adaptação/aceitação que poderão originar perturbações, nomeadamente as ligadas a quadros ansiosos e depressivos. Assim, podemos afirmar que o desenvolvimento da inteligência emocional contribui fortemente para a saúde mental e deverá constar de qualquer programa de prevenção nesta área.

A Organização Mundial de Saúde define a saúde mental como “o estado de bem-estar no qual o indivíduo realiza as suas capacidades, pode fazer face ao stress normal da vida, trabalhar de forma produtiva e frutífera e contribuir para a comunidade em que se insere.”ⁱ A saúde mental e a saúde física encontram-se profundamente interdependentes. Sem saúde mental não há saúde.

Portugal é o país europeu (a par com a Irlanda do Norte) que apresenta uma maior taxa de doenças mentais na população adulta: 1 em cada 5 portugueses sofre de doença psiquiátrica (16,5% de ansiedade, 7,9% de perturbações depressivas), sendo que 24% dos portugueses com doença psiquiátrica sofrerão da mesma durante toda a sua vida.ⁱⁱ Apesar destes números, em Portugal não se tem valorizado suficientemente a prevenção na área da saúde mental, assistindo-se a um elevado consumo de ansiolíticos e antidepressivos, com os inerentes custos de saúde pública que isso implica.

A Organização Mundial de Saúde estima que 20% das crianças e adolescentes em todo o mundo apresente pelo menos uma perturbação mental antes de atingir os 18 anos de idade e estima, também, que a depressão venha a ser, em 2022, a doença mais incapacitante do mundo. Sabendo que existe um significativo grau de continuidade entre muitas das perturbações da infância e as da idade adulta, entende-se a urgência de um planeamento preventivo na área da saúde mental infantil.

Actualmente, existe em Portugal um elevado número de crianças medicadas para problemas de aprendizagem ou dificuldades de comportamento. Estes são sinais inequívocos de que é fundamental que sejamos capazes de começar a intervir o mais cedo possível, uma vez que na infância ficam estabelecidas as bases a partir das quais se desenvolverá a forma de lidar com o mundo e com as próprias emoções. São exemplos de projectos de sucesso a Escola das Emoções, a prática de Yoga, de Meditação, de Mindfulness e outras actividades no sentido de potenciar a gestão das emoções de forma saudável, indo além da abordagem focada nas competências de natureza intelectual.

Urge entender o ser humano enquanto detentor de múltiplas vertentes e potencialidades, pelo que a sua educação deve incluir projectos que visem o desenvolvimento de uma pluralidade de competências, desde a empatia e respeito pelo outro, o sentido crítico, a capacidade de resiliência e de resolução activa de problemas, a identificação e desconstrução de preconceitos, uma gestão equilibrada das emoções.

Face ao exposto, o Grupo Municipal do PAN – Pessoas – Animais – Natureza propõe que a Assembleia Municipal de Aveiro, na sua sessão Ordinária de 09 de Novembro de 2018, delibere que a Câmara Municipal de Aveiro, à semelhança do que está previsto nos municípios de Lisboa e Porto, considere contemplar a área de Literacia Emocional/Inteligência Emocional nas escolas do município.»

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰⁸⁴

"Obrigado Senhor Presidente. Tradicionalmente o coeficiente de inteligência é relacionado com sucesso escolar. Mas será que isso chega para o sucesso na vida em geral de cada indivíduo? Ter boas notas na escola chegará para garantir que será capaz de desenvolver com sucesso as suas relações interpessoais, afetivas e que será capaz de gerir o stresse na sua vida? António Damásio, neurocientista português, reconhecido internacionalmente na sua obra " O Erro de Descartes" veio demonstrar que a ausência

de emoções pode prejudicar a própria racionalidade e que os dois conceitos se encontram intimamente interligados — razão e emoção. Tendo sido a importância das emoções descurada durante muito tempo, na última década, os conhecimentos científicos na área das emoções tem avançado muito. E hoje, por todo o mundo se fala na importância de cuidar das emoções, de cultivar a inteligência emocional, porque esta afeta inquestionavelmente aquilo que entendemos por saúde.

Ter uma elevada inteligência emocional significa ser-se capaz de reconhecer as próprias emoções e as emoções dos outros, pensar sobre elas, compreendê-las, e lidar com elas de forma saudável e adaptativa.

Quando isso não acontece podem surgir dificuldades de adaptação que poderão originar perturbações, nomeadamente as relacionadas com quadros clínicos de ansiedade e depressão.

A depressão é atualmente a principal causa de incapacidade em todo o mundo de acordo com a Organização Mundial de Saúde todos os anos um em cada 4 adultos europeus são afetados por problemas de saúde mental — sendo esta responsável por cerca de 873 mil suicidas na Europa anualmente, causando mais vítimas do que os acidentes rodoviários. Portugal é o país europeu a par com a Irlanda do Norte que apresenta uma maior taxa de doenças mentais na população adulta. Um em cada 5 portugueses sofre de doença psiquiátrica. Com grande destaque para quadros de ansiedade e perturbações depressivas. Sendo que 24% dos portugueses com doença psiquiátrica sofrerão da mesma durante toda a sua vida. Isto reflete-se no elevado consumo de ansiolíticos e antidepressivos e de baixas médicas com os inerentes custos que isso implica para o Estado.

No inquérito levado a cabo entre Maio e Julho deste ano a cerca de mil alunos das universidades e politécnicos portugueses, 51,5% dos alunos afirmaram ter colegas ou amigos a quem foi diagnosticada uma doença mental. 16,8% dos estudantes assumiram que lhes tinha sido diagnosticada uma doença mental. Destes apenas 22,9% estavam a ter acompanhamento por psicólogo ou psiquiatra. Estes alunos apontaram a falta de iliteracia em saúde mental e a necessidade de campanhas de sensibilização, de políticas educativas nas escolas.

Atualmente existe um elevado número de crianças medicadas em Portugal para dificuldades comportamento. Sinal inequívoco que é necessário começar a intervir mais cedo possível uma vez que na infância ficam estabelecidas as bases partir das quais se desenvolverá a forma de lidar com as próprias emoções e com o mundo.

Precisamos pois de adotar as crianças e os jovens de ferramentas que lhes permitam desenvolver-se desde cedo a sua inteligência emocional e que permitam crescer em equilíbrio.

Em vários países europeus esta temática já se encontra implementada nos seus currículos escolares. Em algumas escolas a inteligência emocional constituiu mesmo uma disciplina autónoma. Alguns municípios portugueses também já manifestaram essa preocupação como é o caso de Lisboa e Porto, onde está previsto que a área da literacia emocional seja implementada nas escolas destes municípios. E por todo o país encontramos escolas que já perceberam os benefícios de introduzir esta abordagem no âmbito escolar, como é o caso do jardim-escola João de Deus em Leiria, onde funciona a escola das emoções.

Crianças que aprendem desde cedo a literacia das emoções, conseguem ser emocionalmente mais equilibradas, gerem melhor os conflitos, tendem a ser mais calmas e atentas, a sentir menos medo e possuir menores níveis de stress.

Consideramos por isso de extrema importância para a educação das nossas crianças e jovens que a Câmara Municipal considere implementar a área de literacia emocional nas escolas do concelho. Obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰⁸⁶

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁸⁷

Vogal Marília Martins (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁸⁸

"Obrigada, boa noite a todos. Esta é de facto uma matéria que me é particularmente cara. E a nossa bancada, realmente, de certa forma, já ouvimos aqui linhas que vão no sentido daquilo que vamos dizer. Obviamente, tudo aquilo que foi exposto pelo PAN. Eu também gostaria aqui de realçar a importância deste assunto ter sido aqui trazido. É uma matéria com que todos nós nos debatemos, diariamente, com pessoas certamente. E tem toda a fundamentação explanada. Acho que se trata dum assunto relevante e devidamente comprovado. Só que, de facto aqui, a questão principal é qual é a melhor fórmula para integrar esta matéria? E também nós somos de opinião que esta responsabilidade não é uma responsabilidade da autarquia. Isto tem cabimento (obviamente com parceira, eventualmente como parceira), tem cabimento no âmbito da área das ciências do comportamento pessoal e social — e devia estar implícita a todas as disciplinas.

Portanto isto é uma matéria que é transversal. É uma questão transversal que deve ser integrada na formação de base dos docentes e de todos os profissionais da área das ciências humanas e sociais. Nas escolas obviamente é essencial. E essa tónica é relevante e tem que ser aqui destacada. Até porque isto vai muito mais além do que falar simplesmente da questão de inteligência emocional.

Portanto isto tem a ver com práticas, tem a ver com a comunicação, com o relacionamento interpessoal, com a cidadania ativa. E a inteligência emocional acima de tudo é relevante porquê? Porque normalmente nós falamos disto (e peço desculpa se puxo um bocadinho a brasa à minha área profissional) é particularmente relevante, quando as pessoas que têm menos competências cognitivas, acabam por compensar as suas lacunas através de inteligência emocional — e ainda bem. Porque assim lhes permite desta forma obter sucesso, que não o teriam se estivessemos só a relevar as questões das competências intelectuais.

Portanto há de facto uma tendência para isso. Há uma tendência para isso de darmos mais destaque às competências cognitivas. E, infelizmente, deixamos muito para segundo plano as nossas competências sócio afectivas. Quando no fundo está comprovado que é um importante factor de sucesso pessoal e perfil profissional — e isso tem que ser dito.

E, por isso, grande parte da nossa vida, e acho que todos nós a vivemos até aqui, nos vários momentos que aqui estamos, move-se realmente muito em função da nossa inteligência muito emocional, apesar de aparentemente pensarmos que não, mas sim.

Esta matéria é de facto relevante e importante. Foi importante ser trazida aqui. Gratifico-me com isso porque é uma área de coração. E obviamente concordamos que sim, que deve ser dado destaque. Que esta matéria tem de sobressair. Tem de ser pensada. Mas a fórmula não nos parece que passe pelas autarquias.

Pelo contrário. Acho que de facto envolve a Educação, envolve a Saúde, envolve vários agentes da comunidade, nós todos como cidadãos e, portanto, deve ser transversal a todas as disciplinas e não deve haver propriamente uma disciplina sobre inteligência emocional. Pelo menos é o nosso ponto de vista que gostaríamos aqui de partilhar. E agradecer realmente por esta matéria ter sido aqui trazida porque é relevante na vida de todos nós. Obrigada."

(Entretanto ausentou-se da sala a Segunda Secretária Daniela Marisa Pereira de Magalhães)

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁸⁹

"Boa noite Senhor Presidente, boa noite aos colegas da Assembleia Municipal. Este ponto que é posto aqui a discussão, eu acho que padece exatamente dos mesmos problemas do ponto anterior. Ou seja, tratam-se de matérias sérias demais para se trazerem (espero que não se ofenda com a observação) de uma forma tão leviana para uma Assembleia Municipal.

E digo isto porquê? Porque efetivamente tal como a Marília Martins agora mesmo acabou de dizer, são matérias em que normalmente há uma certa tendência para as pessoas se pronunciarem, mas nenhum de nós é especialista para tratar seriamente matérias como esta. E é uma responsabilidade muito grande trazer um ponto destes aqui. Eu desse ponto de vista até acho que era preferível que ele nem tivesse vindo aqui à Assembleia Municipal. Porque isto é para ser tratado em fóruns nacionais, porque são problemas sérios demais e é para ser tratado por especialistas. Tanto é que a forma como isto é trazido aqui à Assembleia Municipal não tem ponta por onde se lhe pegue. "considere contemplar área da literacia emocional inteligência emocional nas escolas do município". Como? De que forma? Materializado de que forma? Com que equipe? Com que recursos? Isto é que é tratar de uma forma séria os problemas que são efetivamente problemas que têm que ser resolvidos. Mas que não é desta forma que nós os vamos resolver. Muito obrigado."

Vogal Rui Alvarenga (PAN)⁰⁹⁰

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou⁰⁹¹ à votação a proposta de recomendação: b) Inteligência emocional - Literacia emocional nas escolas de Aveiro, sendo a mesma rejeitada, com vinte dois votos contra (PSD14+CDS6+PS1+PCP1), doze abstenções (PS10+BE2), um voto a favor (PAN1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰⁹²

"Gostaria de fazer uma declaração de voto porque neste caso queria deixar limpidamente clara, para que não haja espaço para qualquer tipo de confusão, que o voto contra não se deve a qualquer desvalorização do tema. É precisamente o contrário. É por valorizar muito o tema que se considera que o mesmo deva ter entregue às entidades do estado porque se considera que estão melhor dotadas de competências e quadros técnicos, para responder como este tema deve ser correspondido, no âmbito do Estado Central, Ministério da Saude e Ministério da Educação.

Repito, o voto contra não é pela desvalorização do tema é sim pela valorização do tema. Quero deixar isto bem claro."

Vogal Marília Martins (PS):⁰⁹³

"Senhor Presidente, só para pedir que a minha intervenção seja a nossa declaração de voto que fique registada em acta."

Ponto 9 - Apreciação e votação de uma Moção e uma Proposta de Recomendação, apresentado pelo BE:

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao proponente⁰⁹⁴ da Moção (Partido Bloco de Esquerda) para apresentação do documento:

a) Moção de Condenação por declarações do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro;

Proposta de Recomendação:

«O presidente da Câmara Municipal de Aveiro gravou uma mensagem vídeo fazendo um apelo à participação nas festas académicas dizendo que “é dia de vir ao integra-te, para darmos uma grande esfrega na academia, nas caloiras”. O vídeo foi publicado originalmente numa página da Associação Académica da Universidade de Aveiro e posteriormente difundido amplamente pela comunicação social.

À imprensa, o próprio presidente da autarquia esclareceu as suas palavras dizendo que a palavra “esfrega” se referia ao contexto da música do deejay Telio, que atuava nessa noite. Vendo a letra da referida música, não há qualquer dúvida: a expressão utilizada tem conotação sexual. Não há também qualquer dúvida que as palavras visavam as alunas do primeiro ano. O presidente da Câmara recusou fazer qualquer retratação das suas palavras.

As declarações do presidente da autarquia tendo como alvo as alunas do primeiro ano da universidade são inaceitáveis e representam uma cultura que torna o espaço público, e a vivência em geral, num lugar menos seguro para as mulheres.

Algumas semanas antes, o presidente da Câmara Municipal de Aveiro na receção aos novos alunos tinha já dito que “o encanto primeiro da academia são as nossas caloiras”.

É essencial que as entidades públicas assumam uma cultura que valorize e promova espaços públicos seguros para mulheres e homens. Uma cultura que garanta o respeito pela vontade de cada um e de cada uma. As declarações do Presidente da autarquia colocam em causa estes valores essenciais.

A Assembleia Municipal de Aveiro, na sua sessão ordinária de novembro de 2018, delibera:

Condenar as declarações do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro que apelaram a “uma esfrega nas caloiras”.»

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰⁹⁵

"Começo a minha intervenção por esclarecer que este agendamento deste ponto pelo Bloco de Esquerda foi como voto de condenação. A pedido do Senhor Presidente desta Assembleia reunimos e foi-nos pedido que esta discussão não constitui-se um ponto autónomo discussão. Recusamos.

Foi-nos ainda pedido que a proposta deixasse de se chamar voto de condenação. Ao fim de várias propostas, aceitamos que se designasse moção de condenação já que na prática é exatamente o mesmo.

Feito esse esclarecimento, estamos neste ponto, a apresentar uma proposta para condenar as declarações do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, de apelo a uma esfrega nas caloiras.

As declarações não deixam qualquer margem para dúvidas. O próprio Presidente da Câmara esclareceu que a palavra esfrega foi usada no mesmo conceito de uma música. Ou seja a palavra esfrega foi mesmo usada com uma conotação sexual.

Estas declarações públicas do Senhor Presidente da Câmara são completamente inaceitáveis, indefensáveis. Graves para quem foi alvo dessas mesmas declarações. Graves em geral por ser o porta-voz municipal principal do município de Aveiro.

Quem detém a presidência do órgão executivo de uma autarquia tem por dever assegurar a todas e todos os seus munícipes que serão tratadas por igual e que terão os mesmos direitos — e isso não foi o que aconteceu.

As declarações proferidas por alguém que ocupa um cargo de poder vieram simplesmente dizer que o espaço público não é seguro para todos e todas da mesma forma. Banalizar o contacto físico entre desconhecidos, objectificar a mulher e o seu corpo, não podem ser uma mensagem aceitável de um responsável máximo de um município. Qualquer aluna que depois destas declarações se sinta ameaçada ao andar na rua, sabe que o foi por anuência, com práticas atávicas. Mais, num momento em que se questiona e se pressiona para práticas de submissão e subjugação da mulher, práticas sexistas e misóginas, sejam erradicadas, não pode Ribau Esteves vir não só defendê-las, mas incitar à sua prática. Senhor Presidente, as mulheres que entram na Universidade não o fazem pelos seus atributos físicos. Esta inferiorização da mulher é de tal forma retrógrada, que parece que voltámos ao século 19! Pois não voltámos.

Senhor Presidente, num país que tem mais mulheres em carreira cientista, vir dizer que a mulher na Academia serve um propósito meramente estético e decorativo, é insultuoso, inaceitável, num município que se deve reger por princípios de igualdade, nomeadamente igualdade de género, neste caso no acesso ao ensino superior.

As palavras têm consequências. Senhor Presidente achar que, depois destas declarações, poder vir dizer que não ofendeu ninguém é não entender nada. Não está Ribau Esteves na posição de dizer se ofendeu ou não. O ofensor foi o Senhor Presidente. As ofendidas as alunas recém-chegadas à Universidade de Aveiro. Impunha-se um pedido desculpas às alunas 1º ano e também a todos e todas as alunas e a todos e todos os aveirenses, mas o Presidente da Câmara não foi por esse caminho. Decidiu dizer que é tudo uma piadinha.

As declarações são reprováveis. É igualmente inaceitável que depois tenha falado em nome das visadas. Isto prova bem a falta de noção do alcance das suas declarações.

Assim, apresentamos esta Assembleia Municipal esta proposta, para condenar as declarações do presidente da autarquia de apelo à esfrega nas caloiras. Consideramos que esta Assembleia deve representar todos e todas e não deve sustentar uma cultura machista misógina e de exclusão. Apelamos a todos os deputados e deputadas que condena estas declarações que digam que em Aveiro não há espaço para essa cultura atávica. Que digam que Aveiro recebe todos e todas garantindo uma cultura de um espaço público seguro para todos e todas."

(Reentrou na sala a Segunda Secretária Daniela Marisa Pereira de Magalhães)

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN)⁰⁹⁷

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁹⁸

"Exmo. Senhor Presidente, Senhores deputados e também a deputada proponente. Bem, primeiro alguma originalidade nesta situação, na medida em que sendo deputado municipal há muito tempo, não me lembro de um agendamento com este estilo. Portanto um voto de condenação! Eu gostaria de dizer o seguinte. Há aqui um problema que se coloca, que tem a ver com, ao votar esta matéria e estas declarações, é difícil, como foi feito na explanação dos motivos, há aqui subjacente um certo juízo em relação à pessoa que proferiu as declarações. E isso é algo que pessoalmente me violenta muito fazer. Eu, de facto, não sou capaz de fazer isso. Porque não estou em condições, não o devo, não é minha competência aqui, de todo. Nem enquanto cidadão nem enquanto deputado municipal.

Portanto queria deixar isso, queria que ficasse bem claro, porque de facto, entra-se aqui, sem querer, de propósito, ou seja como for, entra-se aqui num campo que efetivamente me é absolutamente desconfortável.

Dito isto, gostaria de considerar, remetendo-me única e exclusivamente às declarações que o Senhor Presidente de Câmara proferiu. Independentemente do contexto em que foram feitas. A verdade é que elas foram na minha opinião infelizes. Foram de facto infelizes e não creio que transmitam uma imagem positiva daquilo que é o Presidente da Câmara de Aveiro, daquilo que deve ser, enfim, da imagem que ele dá do município, da autarquia, enfim, do daquilo que representa institucionalmente. E, de facto, desse ponto de vista, eu não me considero hoje, com aquela frase, aquelas frases, enfim, o que foi proferido. De facto, considero, atípico e indefensável. Nesse sentido, portanto, não considero que de facto, tenham sido positivas. Parece-me que não foram corretas. Não foram abonatórias de coisa nenhuma.

Mas queria deixar, portanto, estas duas impressões. Esta votação tem que ser única e exclusivamente (não pode ser outra forma) em relação aquela frase. Foram-no num contexto específico, mas que de facto não são positivas. Acho que o Presidente de Câmara não esteve bem e tem de ter um pouco mais de atenção. Tenho dito."

Vogal Maria Inês Abreu (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁹⁹

"Os meus cumprimentos, Senhor Presidente, aos colegas deputados e à comunicação social aqui presentes. Realmente eu também nunca vi uma Moção, um voto, uma proposta de condenação numa assembleia! Até como todos nós sabemos bem, a assembleia tem uma função política meramente política. Fazer escrutínio político, defender assuntos de natureza política, que interesse aos cidadãos que elegeram os senhores deputados que aqui têm presença.

Nesse sentido também concordo que realmente que nunca aconteceu uma condenação até porque falar-se de condenação, teríamos de ir para os órgãos competentes que não a assembleia.

Mas, e até me custa realmente, porque entendemos na bancada do CDS, que esta moção ou voto ou como lhe queiram chamara não tem sequer dignidade política alguma para o assunto ser aqui discutido nesta assembleia.

Entendemos até que é uma moção de um teor, de um cariz de desonestidade e de má-fé, porque visa e atenta contra a imagem da pessoa, a dignidade do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro.

E fundamentam esta dita moção mal. O que aqui se diz além de estar mal interpretado, além de estar mal fundamentado, aparece uma vez mais (é apanágio dos Senhores deputados do Bloco de Esquerda) e que não estão e não ouvem, e depois destacam ou títulos ou palavras. E depois com a sua imaginação fértil, porque só uma imaginação fértil destas é que podia concluir das palavras do senhor Presidente, que o que disse tem uma conotação sexual. Eu sinceramente, li, reli, e até tentei ler nas entrelinhas, e não cheguei a essa conclusão. Mais, até fui ouvir a tal música do DJ. E ele só fala em três palavras repetitivas, que é o "esfrega "esfrega" ela gosta de dança do "esfrega "esfrega". Agora quem não souber interpretar o "esfrega "esfrega" é que lhe pode dar uma conotação de cariz sexual. Vamos lá ver senhoras deputadas e senhores deputados, é melhor falar assim porque o Bloco tem um problema do género, mas esse assunto até já foi resolvido. Senhores deputados do Bloco de Esquerda, este tema foi aqui de uma maneira, que diria eu, que não estiveram presentes aquando das declarações e querem aqui fazer a fundamentação "as declarações do presidente da autarquia, tendo como alvo as alunas de 1º ano" representa uma cultura num espaço público, não o tornam num lugar seguro para as mulheres. Eu trabalho aqui há muitos anos em Aveiro no meu escritório às vezes até muito tarde, e nunca me senti insegura na cidade de Aveiro.

E considerando ainda que este tema ou estas palavras proferidas a 4 de Outubro, decorrido mais de um mês e meio, não há notícia nos jornais de alguém tenha sido violentada em consequência directa desta expressão proferida pelo Senhor Presidente da Câmara.

Portanto, isto são tudo suposições e imaginação fértil, como disse, do Bloco de Esquerda, para vir aqui atentar contra a dignidade, honra e consideração do Senhor Presidente da Câmara.

Depois dizer também, que é apanágio dos senhores deputados do Bloco, retirar palavras ou expressões de depois dar-lhe uma nova roupagem. Fazem aqui uma tese que só na cabeça delirante de alguns, poderá ter esta interpretação.

Algumas semanas antes, o Presidente da Câmara, na receção aos novos caloiros, disse que o encanto da Academia são as caloiras. Mas quem ouviu o discurso nesta receção aos caloiros, o Presidente teve o cuidado de alertar os caloiros, e toda a comunidade académica, para terem atenção às praxes não violentas, para se integrarem, e para terem um comportamento digno e académico.

Portanto, eu não vejo realmente nesta moção qualquer fundamento que justifique vir aqui. Pedir a uma Assembleia que vote pela condenação, por declarações proferidas, na maneira como foram preferidas.

Senhora deputada, para concluir, eu acho que esta Assembleia merecia um discurso mais digno no discurso político. Porque é para isso que nós cá estamos. E é para isso que os cidadãos eleitores votam em nós, para defendermos os interesses do que os afeta na realidade, e não ofender aqui a honra e a pessoa do Senhor Presidente da Câmara."

Vogal Raúl Martins (PS)¹⁰⁰

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta¹⁰¹

"Obrigado Senhor Presidente. Eu inscrevi-me só por dever de ofício. Eu sou um utilizador assíduo das redes sociais e o Senhor Presidente é sempre um alvo. O Senhor Presidente não, mas as obras e o seu trabalho, na forma como executa as coisas. E a minha opinião sobre isso é sempre o óbvio e às vezes sempre em reacção em termos de humor.

Mas este vídeo obviamente não partilhei. Mas viu-o. Mandaram-me logo, as minhas andorinhas mandaram-me logo, e eu vi e pensei logo, vai ser aí o fim do mundo. E tanto é que o Senhor Presidente teve os seus cinco minutos de fama no Correio da Manhã TV é uma coisa boa.

Sobre isto. O Bloco foi pouco audaz! Porque devia ter trazido na sua moção (que era possível) o suporte de vídeo para nós vermos aqui as declarações e analisarmos, etc.

Eu inscrevi-me só o para dizer isto. Acho que do meu ponto de vista não tem dignidade isso, mas este episódio (e também não ficaria bem se não lhe dissesse isto) o Senhor Presidente tem um humor difícil. Aliás, às vezes cai-lhe neste registo. E este registo nas redes sociais é voraz e foi o que sucedeu. Mas que isto não tem dignidade não tem. Eu não me vou pronunciar sobre isso. O Senhor Presidente dirá aquilo que entender e depois sofre as consequências da voracidade da comunicação social tal qual ela está feita, com os efeitos que isto tem. E estamos aqui a discutir isto, que não faz sentido nenhum, de um episódio absolutamente ultrapassado e o Senhor Presidente explicou e deu as explicações que entendeu.

Mas é o meu Presidente de Câmara e não o gosto de ver envolvido nestas polémicas quer tenham sido voluntárias ou não. E portanto, mal ou bem, como democrata que sou, o Senhor foi eleito é o meu Presidente de Câmara até 2021. E portanto fico triste com este episódio - é a única coisa que tenho a dizer."

Vogal Marques Pereira (PS)¹⁰²
Vogal Joaquim Simões (PS)¹⁰³
Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)¹⁰⁴

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:¹⁰⁵

"Senhor Presidente muito obrigado. Muito obrigado a todos. Eu obviamente não vou participar neste debate porque isto é tão miserável, isto é tão baixo, ainda por cima meticulosamente acompanhado por uma Moção a propor uma campanha contra o Assédio Sexual! Isto é duma baixaria de tal ordem, enfim isto é lixo político do pior que a minha longa carreira já viu e que me merece o meu mais meridiano desprezo.

O Bloco de Esquerda que fique lá onde quiser que é no fosso fundo da política no nosso município. Isto é uma vergonha! Mas vocês são, de facto, levam isto para o nível onde eu não acedo. E por isso não me afetam a honra. Tive um amigo meu advogado que achava que devia pôr em tribunal, imagine se ele ouvisse aquilo que a Rita disse aqui hoje, bem mais grave do que o que está escrito no papel, ele me iria aconselhar a fazer. Mas era o que mais faltava.

A minha honra está tranquila. Nunca da minha vida (e tenho 52 anos) e não vou tomar isto como um julgamento a mim. Era o que mais faltava. Nenhum de vós tem essa competência de me julgar. Nenhum de vocês. Então muito menos o Bloco de Esquerda que não tem competências de nada.

Nunca na minha vida usei a palavra "esfrega" no sentido sexual do termo. Nunca na minha vida, tenho 52 anos. Eu sou futebolista, ainda sou, mas já jogo pouco e usamos muitas vezes a palavra "esfrega" no sentido de dar uma esfrega ao nosso adversário. Nesse sentido de o cansar, de lhe dar uma grande goleada. Nunca na minha vida. As redes sociais, infelizmente, estão transformadas num lavadouro à moda moderna. Pronto, mas aí cada um faz o que quer, vai lá se quiser, faz como quer, que viva a liberdade.

Quero apenas deixar a nota de que, lamento, que esta baixaria ocupe a Assembleia Municipal.

Compreendo o agendamento que o Senhor Presidente fez, como é evidente. Mas dizer-vos que isto não serve para nada. Este agendamento serve apenas para nos desprestigiar a todos. Porque a questão central é que esta moção, assenta numa grave mentira, na deturpação absoluta e total da minha frase. Está dita em português claro. Está explicada, pois o tive que fazer, foi a primeira vez na minha vida tive de ter uma entrevista à CMTV, enfim, mas pronto, tive muito gosto. E a lógica que tenho da vida é uma lógica positiva, construtiva, fui "praxador" na Universidade, com muito gosto e hoje sou formador.

Sou o primeiro Presidente da Câmara de Aveiro que recebe caloiros e caloiras, sou primeiro Presidente da Câmara de Aveiro que vai passar noitadas, uma ao enterro do ano e outra, no agora chamado "Integra-te" com o nosso Reitor e com o nosso presidente da Associação Académica, em ação institucional, e devo dizer que o faço com muito gosto, com muito sucesso. E estas tentativas torpes de nos levar para a lama em que outros andam, apenas me merecem o meu absoluto desprezo.

Apenas lamentar que isto ocupe o nosso tempo e afete a nossa imagem, de nós todos, autarcas, porque isto é mau demais para ser verdade. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta¹⁰⁶

"Senhor Presidente, começo com alguns esclarecimentos, como por exemplo, já houve um voto de condenação nesta Assembleia Municipal, proposto pelo Bloco de Esquerda no

mandato anterior e foi aprovado. Dizer a senhora deputada do CDS, ou melhor perguntar-lhe, qual foi se isto é um tema essencialmente político não é, qual foi a mensagem política de Ribau Esteves quando afirma uma grande esfrega na academia, uma grande esfrega nas caloiras? Ficou por explicar qual é o conteúdo político.

Dizer também que o vosso quintal e o que se passa na vossa casa não representa a sociedade. E, portanto, afirmar aqui taxativamente que isto não tem um efeito em termos de relações de poder, o Senhor Presidente ocupa o órgão máximo do município. Achar que as suas declarações não têm um efeito nesta matéria, mas têm todas as outras é pedir um exercício de ginástica mental e intelectual bastante grande. Dizer também que este número de vitimização de quem ofendeu é recorrente e muito característico de uma cultura machista. Estamos habituados a ele em muitos exemplos no quotidiano e também continuamos na luta para que eles deixem de acontecer. Nomeadamente, também por si senhora deputada, também por si lutaremos não se preocupe.

Dizer também que, em termos da lei cabe à Assembleia Municipal pronunciar-se sobre assuntos de interesse público. E, portanto, declarações que são proferidas pelo representante máximo da autarquia devem merecer um comentário da Assembleia Municipal. E que comentário pode ser esse que não feito através de um voto. Que outro comando comentário e que se pode fazer senão, em âmbito de Assembleia Municipal.

Depois perguntar ao PS "se a cada cabeça sua sentença", quem é que representam no comunicado que emitiram quanto a esta matéria?

Por último, dizer ao Senhor Presidente que teve todas as oportunidades para emitir um pedido de desculpas, todas. E, portanto, vir com este discurso com que se apresenta aqui quando se discute um tema que é sério, que envolveu muita gente, falaram aqui nas redes sociais, obviamente que houve pessoas que se sentiram ofendidas pelas suas declarações, teve todas as oportunidades, inclusivamente agora, e escolheu não fazer."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou¹⁰⁷ à votação a) Moção de Condenação por declarações do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, sendo a mesma rejeitada, com vinte e cinco votos contra (PSD15+CDS6+PS4), oito abstenções (PS6+PCP1+PAN1), três votos a favor (PS1+BE2).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Filipe Guerra (PCP):¹⁰⁸

"Eu queria só deixa a minha declaração de voto a minha intervenção primeira intervenção e deixar apenas mais duas notas. A necessidade de centrar as questões naquilo que são as questões políticas e discutir as políticas primeiro. Penso que esse é um aspecto importante.

Uma segunda nota é que o Senhor Presidente de Câmara de facto teve declarações, como disse na primeira intervenção, não são típicas de um Presidente de Câmara e do cargo que ocupa e daquilo que representa institucionalmente. E parece-nos que de futuro deve não proferir declarações que possam dar azo a este tipo de condenação e de interpretação, porque de facto não é positivo de todo."

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS):¹⁰⁹

"A minha declaração de voto é pessoal. Eu abstive-me na votação porque entendo que a Moção é inexistente. Este assunto não devia ter sido discutido nesta câmara. É um não assunto."

Continuando o Presidente da Mesa deu a palavra ao proponente¹¹⁰ da Recomendação (Partido Bloco de Esquerda) para apresentação do documento:

b) Proposta de Recomendação - realização de uma campanha contra o assédio sexual.

Proposta de Recomendação:

«O assédio sexual é uma forma de coerção constituído por palavras ou atos de natureza sexual, indesejados e ofensivos para as pessoas que são alvo dos mesmos. O assédio ocorre em múltiplos espaços, desde as ruas, escolas, universidades, transportes públicos aos locais de trabalho. Esta prática atinge todos os grupos sociais, com maior incidência as raparigas e mulheres, e ainda pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

O assédio é assim uma forma de violência e intimidação exercida sobre outrem. Neste âmbito, a legislação portuguesa prevê já os crimes de importunação sexual e de coação sexual e, no código de trabalho, o assédio sexual.

No entanto, esta é uma matéria que para além de avanços legislativos necessita igualmente de mudanças culturais para que o país deixe de produzir agressores e vítimas. Nesse sentido, são de especial importância campanhas de informação, de prevenção e educativas.

Em 2014, a Câmara Municipal de Lisboa desenvolveu já uma campanha contra o assédio sexual, com cartazes nas ruas. A presente proposta visa que a Câmara Municipal de Aveiro realize uma campanha contra o assédio sexual através dos seus meios e promovendo sinergias para campanhas com as escolas, a universidade e associações com ligação à matéria em causa.

A Assembleia Municipal de Aveiro, na sua sessão ordinária de novembro de 2018, delibera recomendar à Câmara Municipal de Aveiro:

- 1. A realização de uma campanha de prevenção do assédio sexual utilizando vários meios ao dispor da Câmara Municipal, nomeadamente através do seu site, redes sociais, publicações, cartazes de rua, entre outros.*
- 2. O alargamento dessa campanha através de parceria com as escolas, universidade e associações do concelho.»*

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:¹¹¹

"Obrigado Senhor Presidente. No próximo dia 25 de Novembro assinala-se o Dia Internacional pelo fim da violência contra as mulheres sob todas as formas. O assédio sexual é uma delas. Porque sabemos que no país onde vivemos e as estatísticas existem para comprovar isso, o machismo mata. Mas antes de matar o machismo humilha, ameaça, agride. E, portanto, cabe a todas nós, enquanto sociedade, debelarmos todas as suas formas que mais não servem do que inferiorizar a mulher, atribuindo-lhe um papel recuado qualquer que seja a esfera em questão — a social, a política, a laboral.

O assédio sexual existe em todos os espaços relevantes para uma comunidade e tem como alvo, maioritariamente, raparigas, mulheres, no geral pessoas em situação de vulnerabilidade como imigrantes, pessoas em situação de pobreza, comunidade LGBT, entre outros que estão no grupo dos mais afetados. Cabe-nos a nós, enquanto representantes, dizer de que lado nos posicionamos quanto a esta matéria.

Continuar a assobiar para o lado, relativizando a questão, muitas vezes responsabilizando a vítima e protegendo agressores. Pois uma sociedade evoluída, progressista, terá como objetivo parar de produzir vítimas e agressores e isso só se consegue indo à raiz do problema, afirmando que o assédio existe e usar todas as ferramentas para o combater.

Se a nível legislativo a questão tem sido endereçada com legislação condizente a realidade é que a abolição do machismo não se consegue por decreto. E temos que utilizar os meios à nossa disposição para que esse caminho seja feito. Para que à vida de tantas, possa ser dada a tranquilidade do usufruto do espaço público, como é de forma normal dado a tantos outros.

A campanha que aqui apresentamos, como proposta de recomendação, vai nesse sentido. Se queremos que práticas reprováveis, mas profundamente enraizadas na nossa sociedade, não persistam, é levando este tema para o espaço público, para as escolas, universidades, e espaços associativos. É nesse papel, nesse compromisso que propomos, que a Câmara inicie esta campanha, para que de facto, nós mulheres, possamos ver uma mudança. A transformação que nos permite a liberdade e a igualdade no concreto das nossas vidas quotidianas e por isso tudo, apelamos à aprovação por unanimidade desta proposta, contra o atraso civilizacional, por um município mais igualitário e mais seguro, para todas e todos cá vivem, estudam e trabalham."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN)¹¹³

Vogal Filipe Guerra (PCP)¹¹⁴

Vogal Maria Jorge Greno (CDS)¹¹⁵

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)¹¹⁶

Vogal Marques Pereira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta¹¹⁷

"Senhor Presidente. O PS e o Governo têm uma Estratégia Nacional de combate à violência doméstica e que está vertida em Planos. E há grupos de trabalho sobre estas matérias com especialistas fora do Governo e há também discussão na Assembleia da República englobando todos os partidos sobre esta tão importante matéria.

Eu chamo a atenção que os Tribunais, especialmente em Aveiro, as matérias mais importantes que estão na parte penal e criminal dizem respeito ao tráfico e à violência doméstica contra as mulheres, contra homens, e sobretudo contra as crianças. E este é um problema muito grave e que deve merecer toda a nossa atenção. E todas as políticas públicas que, ao nível nacional, regional, e local, se possam tomar para tentar precaver potenciais crimes nesta matéria, são boas políticas públicas que nós devemos prosseguir e defender.

Posto isto, eu quero lamentar que o Bloco proponha, enfim, um conteúdo desta natureza, depois de ter proposto aquilo que acabou de propor. E não há inocência na política. Eu em relação a esta matéria não tenho qualquer sectarismo em votar a favor ou contra, uma boa Moção — venha ela de onde vier.

Aliás, acabámos de votar uma, de uma outra força política distinta favoravelmente e integralmente. Mas eu não posso ignorar que esta discussão, relevantíssima, está inquinada pela discussão que acabámos de ter no ponto A.

E, por isso, e só por isso, porque acho que o Bloco de Esquerda deve ser penalizado por esta atitude. Eu não votarei favoravelmente esta matéria. Disse."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)¹¹⁸

Vogal Rita Batista (BE)¹¹⁹

Vogal Jorge Greno (CDS)¹²⁰

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação¹²¹ a proposta de recomendação: b) Proposta de Recomendação - realização de uma campanha contra o assédio sexual, sendo a mesma rejeitada, com vinte três votos contra (PSD15+CDS6+PS2), seis abstenções (PS6), sete votos a favor (PS3+BE2+PCP1+PAN1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)¹²²

"Votei favoravelmente porque não confundo a mensagem com o mensageiro. E o que se votou aqui foi a mensagem."

Vogal Rui Alvarenga (PAN)¹²³

"Votei favoravelmente porque dissociei uma proposta da outra e tudo o que foi a argumentação visada aqui em relação a essa junção foi mera dedução. Obrigado."

Vogal Joaquim Simões (PS)¹²⁴

"Votei pela abstenção pela inoportunidade da propositura."

Vogal Marques Pereira (PS)¹²⁵

"Eu queria que a minha declaração de voto fosse a minha intervenção e por isso peço que a mesma seja transcrita para a acta."

Concluída a ordem de trabalho, o Presidente da Mesa nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião da sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão¹²⁶ não se verificando intervenções.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro.

Eram 00:30 horas do dia 24 de Novembro de 2018.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, responsável da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)